



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

ATA N.º 21/2019

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2019

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials.



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

-----**Ata n.º 21/2019**-----

----- Aos trinta e um dias do mês outubro de dois mil e dezanove, reuniu, no Edifício dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal, em reunião extraordinária, devidamente convocada nos termos do artigo 41.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme despacho de 25 de outubro de 2019, devidamente publicitada por edital de 28 de outubro de 2019, reunião para ter início às 11,00 horas, com a seguinte ordem do dia: -----

----- 1 - Centro Social e Paroquial Divino Salvador de Moure – III Caminhada do Dia Mundial de Prevenção ao AVC – Pedido de Concessão de Apoio – Ratificação de Despacho; -----

----- 2 - Associação de Natação do Norte de Portugal – Prova de Preparação de Infantis - Natação Pura | Associação de Natação do Norte de Portugal – Pedido de Isenção de Taxas – Ratificação de Despacho;-----

----- 3 - Procedimento por Concurso Público para Execução da Empreitada: "604-19 – Requalificação da Praça Vasco da Gama" – Esclarecimentos, Retificações, Erros e Omissões - Ratificação de Despacho;-----

----- 4 - "Áreas de Acolhimento Empresarial - Plano de Urbanização do Alto das Barrancas - (Expansão)" – Aprovação do Projeto – Ratificação de Despacho;-----

----- 5 - "PARU - Requalificação da Praça da República (Parte Sul - Ligação à Av. Agostinho Ribeiro e Av. Ribeiro de Magalhães)" – Aprovação do Projeto – Ratificação de Despacho; -----

----- 6 - "Plano de Ação e Regeneração Urbana (PARU) - Requalificação da Pr. Vasco da Gama (Requalificação do Edifício do Ex. Grémio da Lavoura)" – Aprovação do Projeto – Ratificação de Despacho; -----

----- 7 - Contrato de Comodato de Bem Imóvel, Entre Terras de Felgueiras - Caves Felgueiras C.R.L. e o Município de Felgueiras – Ratificação;-----

----- 8 - Contrato de Participação Entre o Município de Felgueiras e as Juntas de Freguesia; -----

----- 9 - ACLEM - Arte, Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M. - Plano e Orçamento - Ano 2020; -----

----- 10 - EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. - Plano Anual de Atividades e Orçamento de 2020;-----

----- 11 - Mapa de Pessoal para o Ano 2020;-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

- 12 - Proposta - Derrama - Taxa a Aplicar no Ano de 2020;-----
----- 13 - Proposta - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - Ano 2020;-----
----- 14 - Proposta - Participação Variável no IRS - Ano 2020;-----
----- 15 - Proposta - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de Taxa a Aplicar no Ano de 2020;-----
----- 16 - Proposta de Documentos Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020;-----
----- 17 - Proposta de Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais e a sua Reprogramação;-----
----- 18 - Aprovação em minuta dos textos das deliberações.-----

----- Encontravam-se presentes, o Senhor Presidente da Câmara, Nuno Alexandre Martins da Fonseca, os Senhores Vereadores, António Fernando da Silva Fernandes, Ana Maria Medeiros Peixoto, Joel Rui Carvalho da Costa e Rosa Maria de Sousa Pinto, da coligação SIM ACREDITA - L-PS, e os Senhores Vereadores, João Fernando Lopes de Sousa, Carla Maria Pinto Pereira Meireles da Costa, Joaquim José Teixeira Ribeiro e Adelina Maria Moreira da Silva, da coligação MANTER A ESPERANÇA - PPD/PSD.PPM.-----
----- Verificada a existência de *quórum*, de acordo com o disposto no art.º 54.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deu-se início aos trabalhos pelas onze horas e trinta minutos.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a presidência da reunião, cumprimentou todos os presentes e declarou aberto a:-----

----- ORDEM DO DIA -----

----- **1 - Centro Social e Paroquial Divino Salvador de Moure – III Caminhada do Dia Mundial de Prevenção ao AVC – Pedido de Concessão de Apoio – Ratificação de Despacho** – A Câmara Municipal deliberou ratificar o despacho. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

----- **2 - Associação de Natação do Norte de Portugal – Prova de Preparação de Infantis - Natação Pura | Associação de Natação do Norte de Portugal – Pedido de Isenção de Taxas – Ratificação de Despacho** – A Câmara Municipal deliberou ratificar o despacho. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

----- **3 - Procedimento por Concurso Público para Execução da Empreitada: “604-19 – Requalificação da Praça Vasco da Gama” – Esclarecimentos,**





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Retificações, Erros e Omissões - Ratificação de Despacho – O Senhor Vereador João Sousa perguntou quais eram os erros e omissões. -----

----- O Senhor Presidente respondeu não saber informar com precisão, mas pelo que presimiu pelos documentos anexos, é que existiam uma série de pedidos por parte de algumas empresas identificadas e por parte do Município, que haverá resposta de algumas questões levantadas e posteriormente será respondido também pela Arquiteta responsável pelo projeto. -----

----- O Senhor Vereador referiu que o Senhor Presidente disse tudo – “presumo...” Também presumiram que no documento deve estar a informação mas que não se conseguia ler. São documentos ilegíveis e consideraram ser embaraçoso dizer o que pensavam sobre isso. Não se consegue ler e perguntando não conseguiram obter uma resposta. Bastava uma resposta genérica. -----

----- O Senhor Vereador Joel Costa informou que os erros e omissões eram dúvidas apresentadas pelos concorrentes e logo na primeira solicitaram o envio da planta de vermelhos e amarelos. Solicitaram também a indicação da espessura de alvenaria. Todas as questões estão todas detalhadas no documento e se for feito *zoom* conseguem ver os erros e omissões. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que gostava de saber de que entidade eram? Se eram sobre as características técnicas do que está ou do que se terá de fazer? -----

----- A Senhora Vereadora Adelina Silva perguntou quantas questões foram colocadas. ---

----- O Senhor Vereador Joel Costa respondeu, depois de as contar, que eram quinze as questões colocadas. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa colocou outra questão, a de saber se a Arquiteta respondeu aos erros e omissões dentro do prazo. -----

----- O Senhor Presidente referiu que, segundo a indicação que teve, é que todo o procedimento cumpriu o que está previsto na lei. Se respondeu é porque foi autorizado nesse sentido. Aliás, foi prorrogado precisamente nesse sentido. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que não parece muito normal a Arquiteta não responder dentro do prazo. -----

----- O Senhor Vereador Joel Costa disse que era muito normal e que tem acontecido muitas vezes, principalmente quando são perguntas de muito pormenor e quando são muitas. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que colocaram esta questão porque desde os erros e omissões da escola Manuel Faria e Sousa, em que fizeram o favor de retirar toda a informação técnica para que não pudessem confirmar algumas coisas. Porque começou precisamente na escola Manuel Faria e Sousa de dizerem que o técnico, Arquiteto, não tinha prestado informação dentro do prazo e depois confirmaram que o tinha feito dentro do prazo. Levantou algum embaraço e que se resolveram de forma fácil, que foi não colocar a informação para poderem verificar. A esta altura e apesar estar a informação em que foi protelado o prazo por falta da resposta da Arquiteta, pareceu-lhe estranho isso acontecer e, por isso, colocou essa questão. -----

----- O Senhor Presidente referiu que no próprio documento, não havendo qualquer falta de transparência, diz que "verificando-se os esclarecimentos apresentados pelo projetista que foram fora do prazo previsto para apresentação dos esclarecimentos, torna-se necessário prorrogar o prazo de entrega." -----

----- O Senhor Vereador Joel Costa referiu que tem de haver coerência. Se no último segundo do prazo limite para apresentação de pedidos de esclarecimento e de erros e omissões, e se todas as empresas se lembrarem de colocar questões, é lógico que o tempo de resposta fica muito mais reduzido. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que percebem a situação e isso é óbvio. Também é óbvio outra coisa, que na escola Manuel Faria e Sousa em situação semelhante, a responsabilidade que era imputada ao projetista, não era. Desta vez não puderam verificar isso e fazem fé na informação técnica que agora reproduzem de que não foi dentro do prazo e por isso a necessidade de prorrogação. -----

O que alertaram, em conclusão, é que os erros e omissões está a tornar-se epidémico e aparecem as ratificações. Já começa a ser demasiado terem de analisar o assunto na reunião de Câmara. Deixam a nota e não tendo nada a considerar sobre uma questão tão técnica, votarão a favor. -----

----- O Senhor Presidente terminou dizendo que é de facto normal que no decorrer dos concursos, e como disse o Senhor Vereador e bem, não se consegue controlar se um concorrente à última da hora colocar questões. Da mesma forma que, tendo ou não razão, qualquer concorrente pode, mesmo o procedimento decorrendo, avançar com uma providencia cautelar, mesmo que não tenha consequências. Há coisas que estão na lei que não se podem impedir e às vezes não se consegue dar as respostas no prazo que





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

gostariam, mas isso, de todo, põe em causa qualquer questão que tenha a ver com a obra, que já se encontra em concurso e não de ser já conhecidos os candidatos. -----

Deliberação - A Câmara Municipal deliberou ratificar o despacho. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

----- **4 - "Áreas de Acolhimento Empresarial - Plano de Urbanização do Alto das Barrancas - (Expansão)" – Aprovação do Projeto – Ratificação de Despacho –**

O Senhor Presidente explicou o assunto e o facto de ser uma ratificação despacho, que no seguimento de candidaturas abertas para as áreas de acolhimento empresarial entendeu o Município nesta fase fazê-lo no Alto das Barrancas. O local tem tido muita procura por parte dos investidores em Felgueiras. Entenderam também nesta fase fazê-lo tendo em conta que existe já algumas conversações com o Município de Fafe, para consolidar aquilo que possa ser a expansão da área de acolhimento empresarial de Cabeça de Porca e, a acontecer, que seja numa fase posterior à conclusão da variante. Nesse sentido, o Executivo entendeu fazer esta candidatura, que prevê montantes ilegíveis até um milhão e meio de euros para territórios considerados de não baixa densidade, sendo certo que Municípios como o de Felgueiras, como o de São João da Madeira, mais industrializados não estão considerados como prioritários. De qualquer das formas, o Executivo entendeu que tinha de se candidatar e assumir também o que tinha sido uma das bandeiras de começar a criar condições para que as empresas se instalem cada vez mais no concelho de Felgueiras. É uma área de 275 000 m² e que prevê implantar cerca de 52 000 m². A procura tem sido muita. O próprio AICEP tem contactado o Município para instalação de indústrias que, por questões de confidencialidade não são identificadas, mas que são de setores díspares daqueles que temos no concelho. Aliás temos como exemplo, de um vizinho muito próximo e porque tinha as condições asseguradas em termos de infraestruturas para receber em Santo Tirso, e temos de caminhar para criar condições para que as empresas quando cá chegarem e quando houver solicitações por parte dos organismos do Governo poder também dar as respostas necessárias. Daí ter sido apresentada esta candidatura.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que têm uma questão de princípio e que já referiram muitas vezes. -----

De facto o Senhor Presidente em cinco minutos fez uma apresentação da sua visão para o que tem a ver com o ordenamento industrial, de organização e de perspetivas de futuro,





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

mas queixam-se muitas vezes que não se debatem os assuntos que são estruturantes para o concelho. E, mais uma vez, não conseguem compreender como ainda há poucos dias houve uma reunião, vem agora à reunião um assunto já decidido. O que lhes é proposto é ratificar uma decisão que o Senhor Presidente já tomou. Quando gostariam que o assunto fosse objeto de reflexão, eventualmente de poder colher contributos sobre a forma como as zonas de acolhimento nas zonas para empresas são pensadas para o concelho e não conseguem perceber porque é que um assunto desta importância é apresentado em cinco minutos. E até porque, em particular a zona das Barrancas, deveria ser visto com atenção, porque até andou à procura e que há vinte e cinco anos o PS que tem ideias para o espaço e que aparece associado ainda no tempo de Fátima Felgueiras à OIF e que, se os presentes se lembrarem, esse projeto sorveu no mínimo, e do que se lembra, setecentos mil contos em estudos. O que é facto é que se criou uma expectativa enorme para o espaço e depois não redundou em nada e que até por isso se justificava, porque Barrancas tem sido visto por todos os Executivos como uma potencialidade para ser explorada, uma alargada discussão. Mas que não aconteça como nas ZAEV em que o Município investiu 4,6 milhões de euros que estiveram sem rentabilidade, durante muitos anos. E vêm outra questão, que o Senhor Presidente falou e bem, tem de se aproveitar as oportunidades de financiamento quando elas surgem, mas têm algumas dúvidas sobre o que está previsto para lá. O Senhor Presidente disse que há muitos interessados mas não sabem nada de concreto. Não sabem se já há pedidos de licenciamento ou eventualmente construções em curso. Já perceberam que o projeto é desenvolver uma zona de acolhimento empresarial. Gostavam de saber quem são os proprietários dos terrenos e por isso solicitaram a consulta do cadastro, porque se lembram da polémica que aquele espaço teve aquando da OIF. -----

Uma outra questão que os preocupa, é esta pressa toda. Foi, pelo menos, há dezanove anos, que fizeram esta grande aposta, que redundou em nada, mas redundou num plano urbanístico para o Alto das Barrancas. E a ideia com que ficaram é que esse plano tem como obrigação os proprietários dos terrenos terem a obrigação de construírem as infraestruturas. Gostariam de ter a certeza que, novamente, a Câmara Municipal não se esteja a substituir, neste caso não é o Governo, mas aos particulares na construção das infraestruturas. Porque se não houvesse aquele projeto para o local, se fosse uma zona que não estivesse classificada com aquela nomenclatura, a Câmara Municipal poderia nos





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

seus terrenos fazer as infraestruturas que entendesse. Havendo aquela obrigatoriedade de considerar enquadrado com um PU, têm muitas dúvidas. Têm lido os artigos com muito atenção e aparece lá expesso. A título de exemplo, o artigo 8 do PU do Alto de Barrancas, o n.º 4 diz assim, "ficando todas as infraestruturas a construir pelos requerentes ... e a qualquer construção que seja exigida a realização de infraestruturas próprias e no caso de loteamento será exigida a totalidade da construção das infraestruturas". Ou seja, claramente aponta para responsabilidade do privado. O que pretenderem dizer com isto: que era mais fácil alterar o PU e depois não ter estas obrigações e a Câmara Municipal fazer as infraestruturas, do que fazer as infraestruturas quando no PU se diz que não pode ser feito. Mais à frente, porque lhe chamou mais atenção, "determina para os particulares o dever de participar no seu financiamento". E diz outra coisa, "a identificação e a programação das intervenções, prioridades, objetivos e estimativas dos custos individuais e globais e prazos de execução deve ser uma obrigação da autarquia apresentá-los". E por último, o que mais o incomoda "a ponderação da viabilidade jurídica fundiária, que tem a ver com a posse dos terrenos e da sustentabilidade económica e financeiras das respetivas propostas". Portanto, tudo isto deve ser considerado. Atendendo a que lá há muitos terrenos privados, e não se recorda se a autarquia terá lá algum, provavelmente são todos privados, acha que isto deveria ser feito, não diz que não foi feito com ponderação, mas viram-se confrontados com um assunto, e que passados cinco minutos foi apresentado e pronto para votar, achando que este assunto, pela sua importância, não foi devidamente amadurecido. -----

Deixou algumas considerações, para não dizerem que são contra a criação de espaços para a indústria. Obviamente que a criação de espaços é importante para todos, para as empresas, para o concelho, para quem trabalha, para todos e tendo em atenção o histórico daquela zona e o *flop* que foi em tempos, deveria ser visto com mais cuidado. E acima de tudo, eventualmente, a solução mais correta seria ver como alterar as condições do PU para depois se fazer as infraestruturas. -----

----- O Senhor Presidente disse que esta matéria não é uma matéria que tenha a ver com ordenamento concreto do território. Ou seja, não se fez um plano diferente do que para lá já existe. E o que o Executivo delineou em termos de candidatura são as infraestruturas que estavam contempladas no próprio plano. Não há alterações ao plano. Estranhou estarem preocupados com questões demasiado acessórias para aquilo que





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

efetivamente é fundamental, que é o desenvolvimento e a criação de condições para que as empresas se instalem. E quando algumas questões foram levantadas, quando se falava da obrigatoriedade ou a possibilidade de os particulares terem que fazer investimento, recorda que há muitos outros mecanismos de os proprietários financiarem ou terem o dever de financiar parte das infraestruturas. Quando o Município tem infraestruturas e é preciso construir uma indústria ou uma habitação coletiva, normalmente quando já estão disponíveis as infraestruturas, é paga a compensação por parte de quem lá se vai instalar. O dever de contribuir para esse financiamento acaba também por acontecer por esta via. Todos os instrumentos estão mais do que assegurados. -----

Não pode deixar passar em claro que de facto é uma matéria difícil, que vem de 2001, salvo erro, mas que nunca foi olhada com o interesse que ela merecia. Porque há instrumentos na lei que permitem, se for necessário chegar a esse ponto, expropriar, e isto está previsto na candidatura, quantificar a expropriação, os valores, fazer a avaliação para que depois possa, no fundo, o Município substituir-se àquilo que são os interesses dos privados. Se isso não acontecer ótimo, são os próprios privados que estiverem disponíveis para colaborar, dentro daquilo que são valores aceitáveis e de mercado, a Câmara Municipal estará disponível para fazer essa ponte, articulá-los e criar um modelo económico que possa servir o interesse de todos, sem pôr em causa aquilo que é o interesse público. De qualquer forma, teremos de caminhar em frente e não continuar a olhar para o acessório. Se estamos à espera que os privados façam arruamentos para construir, nunca vai lá instalar-se nada, ou será muito difícil que tal aconteça. Tem de ser um investimento de grande envergadura e alguma empresa com capacidade para fazer este tipo de investimento. -----

Quando temos interesse que o concelho ande para a frente temos de ser nós os primeiros a dar os passos para que isso possa também acontecer. Não pondo em causa o que durante oito anos o anterior Executivo poderia ter feito e não fez. É de facto andar para a frente, os terrenos estão lá, são de privados, e não se recorda de haver lá algum terreno do Município. O cadastro é extenso, cerca de setenta proprietários, mas é preciso ter conversações com eles, perceber quais são os primeiros a intervir, alguns deles identificados no cadastro desde 2001 já terão certamente, ou mudado de proprietários ou porventura por falecimento e outros possam já estar noutras gerações, e nesse sentido é não deixar passar em claro uma candidatura, ela existir e ter prazos curtos, que muitas





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

das vezes os avisos de candidatura aparecem com prazos curtos, e levar o Executivo a ter de apresentar recursos desta forma e apresentar as questões para ratificação da Câmara. É uma matéria, em termos de ordenamento, que não vai mexer em nada daquilo que está feito. A intenção de mudar os planos já é conhecida. Como se vai fazer e em função daquilo que é a candidatura, neste caso o Executivo optou por aquilo que era o seguimento do já existente para estar mais próximo das infraestruturas que já tem. É a lógica comum e normal de qualquer ampliação de uma área de acolhimento empresarial. Nesse sentido, o que o Executivo está a fazer é criar condições para que haja cada vez mais a instalação de empresas em Felgueiras e que não se perca aquilo que é continuar a apoiar a economia e é isso que todos pretendem, até para assegurar os postos de trabalho da população felgueirense. -----

----- A Senhora Vereadora Adelina Silva referiu que não percebeu muito bem o âmbito da candidatura nem que projeto é aquele! Não conseguiu ver as peças desenhadas do projeto e solicitou a consulta, e perguntou o que é que a Câmara Municipal vai exatamente fazer lá ou que infraestruturas. E apesar disso e do plano de urbanização dizer o contrário, se tem o conforto jurídico para o Executivo tomar aquela decisão.-----

----- O Senhor Presidente referiu que dizer que há o dever de contribuir, há vários tipos de mecanismo para o fazer e deu o exemplo da compensação. Estão a levantar questões acessórias para aquilo que é mais importante que é o desenvolvimento do concelho. E é uma coisa que poderiam ter feito e que estão a pôr em causa a legitimidade. O anterior Executivo teve oito anos para ter revisto o plano e fazer alguma coisa. Não o fizeram e têm de aceitar o que hoje está a ser feito, que é o que deveria ter sido feito há muito tempo e não se pode perder a fonte de financiamento e que não quer dizer que não os venha a acolher e pelo menos não podemos de deixar de ir a jogo no sentido de nos candidarmos. Foi o que fez o Executivo e fará certamente, sempre que apareçam candidaturas e é nisto que todos temos de estar focados. Estão demasiado preocupados com o acessório e com a vossa responsabilidade, porque tiveram oito anos para rever o plano, fazer candidaturas e tiveram tempo para pôr em prática as medidas que entendiam para o desenvolvimento daquela zona. Não o fizeram, têm que aceitar que esta é uma boa medida, e dentro do enquadramento legal, o Executivo tudo fará para que aquela zona e outras se possam desenvolver no nosso concelho.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- A Senhora Vereadora Adelina Silva solicitou a consulta das peças desenhadas, tendo sido informada que foram enviadas com a convocatória, estando disponíveis através do *We transfer*, e que a peça a que diz respeito o projeto é a planta do cadastro e a planta número três, e que está minimamente explicado com toda a informação, inclusivé o cadastro dos proprietários. Perguntou se o arruamento que está feito foi a Câmara Municipal que o fez.-----

----- Foi explicado à Senhora Vereadora a forma de aceder a toda a informação que está disponível, a qual acabou por aceitar as explicações. Quanto ao arruamento referido o Senhor Presidente informou que foi a Câmara que o executou. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que o Senhor Presidente disse duas coisas que o intrigaram. A primeira é que existem mecanismos de compensação, e sabem que eles existem, mas perguntou se é intenção do Município que o investimento que for feito ser debitada a fatura, através da devida compensação, às indústrias que lá se instalarem para haver o retorno do investimento. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que o investimento que está a ser feito é uma medida concreta e uma intenção concreta de apoiar as indústrias. Percebeu parte do alcance da pergunta do Senhor Vereador João Sousa e respondeu concretamente ao que pretendia. O que farão certamente é criar dentro dos mecanismos legais condições para que as empresas se instalem, não estando à espera que aconteçam outras coisas antes do Executivo pôr mãos à obra. O Executivo tem de ser o primeiro a dar os primeiros passos para que as coisas andem para a frente. Porque se estão à espera que venha uma empresa ou alguém fazer aquilo que também é da responsabilidade do Município, nunca se fará nada para ter zonas empresariais, pelo contrário, começaremos a perder cada vez mais indústrias para outros concelhos. Se não tivermos essa capacidade de mudar o paradigma daquilo que são as visões estratégicas para o concelho, ficará o concelho daqui por alguns anos estagnado e vamos ter concelhos vizinhos a *roubar* o que são as nossas empresas. Portanto, este Executivo irá certamente tomar as providencias que forem necessárias para que as empresas se continuem a instalar e para dar, aos que já cá estão instalados, condições para que eles possam nas suas empresas prosperar e continuar a fazer deste concelho aquilo que ele efetivamente é, que é um concelho dinâmico e que não se compara sequer com outros vizinhos, porque a nossa dinâmica é superior a isso tudo. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu que o que o Senhor Presidente disse está muito certo. Aquilo que lhes compete como gestores da coisa pública é assegurar o cumprimento da lei. Se isso estiver sempre na nossa mente não podemos alegar que o que queremos é fazer e se nos pomos com essas coisinhas como disse o Senhor Presidente não vai para a frente. E é grave dizer isso. O que lhes interessa é faça-se tudo o que possa beneficiar o concelho de Felgueiras. Porque beneficiar o setor privado é beneficiar a comunidade como um todo. Mas com regras, regras que temos que cumprir. Porquer não há dúvida nenhuma que todas as pessoas que estão no topo da decisão, querem fazer mais e melhor. O problema é que existem todo um conjunto de condicionalismos e na habilidade, na capacidade e na vontade de se cumprir esses condicionalismos e ao mesmo tempo fazer com o que as coisas se façam, é que está a arte da política. Tudo o que o Senhor Presidente disse acha que todos concordam. O que não se pode é menosprezar aquilo que é o suporte das reuniões e o que é o trabalho do dia a dia, que é assegurar o cumprimento da lei.-----

----- O Senhor Presidente, para clarificar, referiu que de facto esmiuçaram muito o assunto à volta de uma questão, que foi a interpretação do Senhor Vereador, que não sabe sequer se faz sentido aquilo que disse, que suspostamente é uma coisa concreta.----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro disse que isso acontece porque o Senhor Presidente coloca questões desta envergadura como ratificação de despacho. Vêm para a reunião com documentos, vão com ideias e tudo muito correto porque é assim que tem de ser. Mas, dada a complexidade de determinados pontos, entre os quais este, e como sabe e deve saber, acha que é legítimo que coloquem as questões que entendem para tentar clarificar aquilo que possa ser a sua decisão deste ponto. Porque se a discussão fosse prévia provavelmente esvaziava o que estiveram a falar porque deixaria de fazer sentido. Este tipo de discussão acontece sempre e o Senhor Presidente tem tendência a não gostar deste tipo de levantamento de questões, mas é o Senhor Presidente que as provoca. Porque se fosse discutido antes não haveria margem para terem dúvidas. E não é para discutir tudo, porque têm o vosso tempo que é curto e também têm o deles. Mas há questões demasiadamente importantes para que cheguem a uma reunião de Câmara com simples ratificação de despacho e que, muita das vezes, não têm a discussão que às vezes são simples, dúvidas que se levantam e são simples no esclarecimento. Mas o que é um facto é que enquanto não houver um esclarecimento elas existem.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- O Senhor Vereador Joel Costa para ajudar a esclarecer referiu que estão a sofrer por antecipação. Isto é uma candidatura. Quando vier o Termo e conhecermos as condicionantes da aprovação dessa candidatura, aí é que é oportuno decidirem se vão mais para a esquerda mais para a direita ou mais para o centro. Ainda não está sequer a candidatura aprovada. Imagine-se que não vem aprovada. Já não há mais necessidade de discutir este ponto. Se vier aprovada então têm de decidir o que é melhor ou pior. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro disse que entendeu perfeitamente o que o Senhor Vereador referiu. Que tem todo o direito de entender o que se deve discutir em reunião de Câmara, mas não tem o direito de se colocar no lugar dos Senhores Vereadores da Oposição para fazerem aquilo que o Senhor Vereador entende que é o melhor. O que discutem e o que entendem que deve ser objeto de discussão, bem ou mal, é a deles. E aquilo que compete a quem propõe é explicar. Se não tiver que explicar não diz nada. E depois as consequências vêm-se. -----

----- O Senhor Presidente pegou na questão levantada pelo Senhor Vereador Joel Costa e achou que estavam a confundir as questões. E disse que o assunto vem para ratificação, mas vem. Esteve na reunião. Fizeram uma candidatura com a possibilidade de fazer investimento nessa matéria. Durante oito anos o anterior Executivo não fez nada. Entende os argumentos levantados relativamente à legalidade que possa vir a acontecer. Não concorda com a questão que Senhor Vereador João Sousa colocou. Neste momento existem condições para que os planos sejam alterados. Estão previstas alterações como já foi deliberado. Se no Plano entendermos que as áreas devem ser diferentes, que o modelo que lá está explícito deve ser diferente, até poderemos criar medidas adicionais, não tendo a ver com o plano, de incentivo às empresas para se instalarem lá. Não concorda com a questão que foi levantada. Os serviços olharam para a candidatura, analisaram o que tinha a ver com os termos de ilegitimidade, fizeram a candidatura e respondeu-se a um aviso da autoridade de gestão. Nesse sentido, o que o Executivo teve de fazer foi isto e não pode estar à espera que alguém faça os arruamentos e que os vá pagar. Ou o Executivo consegue arranjar formatos legais que permitem ir crescendo ou nada se fará. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro perguntou se em algum momento estiveram contra isso?-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- O Senhor Presidente referiu que lhe pareceu que a questão acessória levantada é uma coisa tão básica e tão diminuta, não pondo em causa a opinião de cada um, e que estão a confundir uma coisa que é uma não questão. Entenderam fazer uma candidatura e encontraram uma norma para não se fazer. -----

----- A Senhora Vereadora Carla Meireles e por causa do que afirmou o Senhor Vereador Joel Costa referiu, que uma candidatura financiada, quer seja pela União Europeia, quer seja pelo Estado Português, assenta em pressupostos legais e verdadeiros. Ou seja, isto não é apenas uma candidatura, é uma candidatura onde tudo o que se lá diz e todos os compromissos que lá estão assumidos são para ser cumpridos e existem efetivamente. Quando se está a minimizar o valor de uma candidatura, não acha de bom tom. Portanto, tudo o que se diz numa candidatura está comprometido e há compromissos das partes que a integram. Não percebeu o que o Senhor Vereador disse "que isto é apenas uma candidatura". E as candidaturas alteram-se assim? Amanhã digo que o proprietário A é o B e o B é o C? Custa a compreender o que é a importância de uma candidatura. Minimizaram o que é um assunto sério e importante para o concelho. E nada a opôr à candidatura. Pareceu-lhe é que tiveram dúvidas efetivamente, e que quem faz as infraestruturas numa situação destas são os particulares, os empresários ou se é a Câmara Municipal. Esta foi a questão de partida. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro disse que é uma situação inédita. Não é ao acaso que este assunto já tem vinte e cinco anos. São processos muito antigos, muito complexos e que se levantaram muitas questões. Não vão ficar alheios a isso. Não é um projeto qualquer. E isto não quer dizer que não se tente proporcionar avanços. Faça-se. -- Têm a obrigação de chamar a atenção, de algum conhecimento que vão tendo, para as sensibilidades que possa ter, para que o Município possa efetivamente concretizar os objetivos dentro da normalidade legal. Nunca ouvirá que da parte dos Senhor Vereadores da Oposição que é no sentido de inviabilizar este tipo de situações. Atenção que isso é sensível. -----

----- O Senhor Presidente continuou a achar e pegando nas palavras da Senhora Vereadora Carla que de facto o Executivo interpreta com o mesmo rigor e o mesmo sentido de responsabilidade esta candidatura. É sério de mais para estar esquecido durante vinte e tal anos e ninguém ter feito nada, seja alterar o plano de pormenor ou outras decisões. Uma coisa é a candidatura, e a candidatura foi feita assente em





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

pressupostos verdadeiros com o que existe atualmente e em função daquilo que era a margem que o Executivo tinha para enquadrar dentro daquilo que existe. A questão, que é uma não questão, levantada pelo Senhor Vereador, é uma questão que se vier a colocar-se será numa fase posterior. Mas nessa fase até poderá o plano de pormenor estar alterado, com outros pressupostos. O que disse e reafirma o que o Executivo faz, e fará para o futuro, é fazer, quer a candidatura, quer qualquer alteração de forma legal. Aliás não há outra forma de a poder fazer que não seja a legal. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que o Senhor Presidente na sua intervenção referiu que era preciso alterar os PU's. É preciso alterar. É sinal de que é preciso melhorá-las. O mecanismo que estava previsto para isso era através da revisão do PDM. Agora tem de ser feito com urgência e rapidez, deduz, por causa da candidatura. Pretenderam que o Senhor Presidente lhes garantisse que estando os PU's formatados como estão, neste momento não há nenhum obstáculo à candidatura? E que se porventura alguma questão tiver de ser corrigida ao nível do PU ainda vão a tempo de a corrigir porque como está não pode ser. Portanto, se a candidatura for aprovada vai ter de se andar a correr a alterar o PU.-----

----- O Senhor Presidente referiu que o Senhor Vereador, no seu entender, referiu duas incoerências. O que disse não é verdade. Os planos de urbanização tem em parte a ver com o PDM, mas um plano de urbanização ou um plano de pormenor pode ser alterado independentemente do PDM. Pode mexer numa coisa sem mexer na outra. O que o Senhor Vereador João Sousa disse não é verdade. Poderiam ter pensado em vários formatos, mas uma coisa não impedia a outra. A verdade é essa. E o que dizem, se a candidatura vier aprovada, é que vamos ter de alterar o Plano, o que não é verdade. A candidatura está feita em função do plano que lá está delineado. A única questão, que é uma não questão, e que não concorda com o que disseram é que foi levantada uma questão de que afinal a Câmara Municipal não pode fazer a rua e que têm de ser os particulares, de contribuírem ou de financiarem. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que o que disse foi se não haveria forma de resolver a questão dos PU's para que esta questão não se colocasse. Ou seja, evitar logo à partida que ela pudesse vir a surgir no futuro. Foi por isso que chamou à atenção sobre a questão da rapidez. Que, supostamente, o assunto foi tratado em meia dúzia de dias, quando, se se resolvesse a questão do PU, que é preciso resolver até porque o Senhor





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Presidente disse que tinha de ser alterado, esta questão da obrigatoriedade das infraestruturas seria ultrapassada. -----

----- O Senhor Presidente disse que o PU e a candidatura que o Executivo fez foi em função do PU que lá existe. E pegou pelo troço que não necessitaria de grande alteração. Não se pode comparar nem sobrepor uma coisa em cima da outra porque elas não são possíveis de serem feitas. São *timings* completamente distintos. Mudar um plano de urbanização ou um plano de pormenor pode demorar mais de um ano. E uma candidatura surge, muitas delas às vezes com meses ou dois meses com aviso e não se pode deixar por isso e aproveitar o que já existe. Aproveitamos as oportunidades em função dos instrumentos que temos ativos neste momento.-----

Deliberação - A Câmara Municipal deliberou ratificar o despacho. Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro abstenções dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva. -----

O Senhor Vereador João Sousa apresentou a seguinte declaração de voto: -----

"- Considerando a pressa com que esta intervenção é apresentada, já decidida pelo Sr. PCM, com a intenção clara de ratificar um ato sem que este assunto estrutural para o concelho seja discutido;-----

- Considerando que apoiar a indústria e a instalação de novas empresas é uma prioridade para todos;-----

- Considerando o histórico da zona Industrial das Barrancas e do "flop" que foi a OIF que sorveu 700 mil contos do erário público;-----

- Considerando que este assunto parece contrariar as regras estabelecidas pela autarquia para o PU em causa, seria sensato ser acompanhado de uma análise jurídica; -----

Iremos abster-nos e defendemos que perante a pressa em apresentar este assunto acoplado numa candidatura que, segundo o Sr. Presidente, tem poucas probabilidades de ter sucesso entendemos que deveria ser ponderado e aprofundado para melhor decisão. Consensualindo-se que este PU e outros deveriam ser revistos, é nossa convicção que deveria ser tratado urgentemente para não hipotecar candidaturas presentes ou futuras, de forma clara e partilhada com os felgueirenses."-----

----- **5 - "PARU - Requalificação da Praça da República (Parte Sul - Ligação à Av. Agostinho Ribeiro e Av. Ribeiro de Magalhães)" – Aprovação do Projeto – Ratificação de Despacho** – O Senhor Vereador João Sousa perguntou se se tratava da





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

interseção em T, e perguntou se não estava incluído no projeto da Rua, tem de ser específico e é para sequenciar o que já estava, que é uma rua de sentido único, desagua ali e, supõe, seja basicamente isso.-----

----- O senhor Presidente disse que estavam a falar do eixo que vem de Guimarães, essencialmente da Biblioteca até ao cruzamento do "Modelo".-----

----- O Senhor Vereador João Sousa perguntou em que consiste.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que não altera nada e que não havia projeto. No fundo é fazer o remate. Estão a terminar a Rua Rebelo de Carvalho, está em curso já a Av. Dr. Leonardo Coimbra e foi entendido que toda aquela zona, aquela estrada frontal que deveria sofrer um remate.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa perguntou se era uma questão de pormenor, não era significativo. -----

----- O Senhor Presidente disse que em termos monetários era sempre significativo. Em termos de projeto é manter o que está com alterações de sentidos de trânsito e os triângulos provavelmente sofrerão alterações em função do projeto. A Avenida Dr. Leonardo Coimbra ficará com um sentido ascendente e altera logo ali. O que está previsto essencialmente é o remate na zona sul da Praça da República com alteração da pavimentação e em termos de mobilidade dando mais condições às pessoas, sobretudo quanto aos passeios. -----

Deliberação - A Câmara Municipal deliberou ratificar o despacho. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente colocou em discussão o Ponto 6 da Ordem do dia - "**Plano de Ação e Regeneração Urbana (PARU) - Requalificação da Pr. Vasco da Gama (Requalificação do Edifício do Ex. Grémio da Lavoura)**" – **Aprovação do Projeto – Ratificação de Despacho** - O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu que este assunto pressupõe a legitimidade do uso do edifício do Ex-Grémio da Lavoura e perguntou se a Câmara Municipal já possui essa legitimidade.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que tem legitimidade de intervenção nele e a Câmara Municipal já tem essa legitimidade que está no comodato que está no ponto n.º 7 seguinte e que já foi dada em Assembleia da própria Cooperativa ao Município. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro perguntou se deliberavam sem deliberar a legitimidade?-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- O Senhor Presidente referiu que estavam neste ponto a falar do projeto. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu que o projeto pressupõe a propriedade do terreno. -----

----- O Senhor Presidente disse que o projeto não pressupõe a propriedade. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro disse que o Senhor Presidente fez alguma coisa para que tivesse legitimidade para intervir naquele edifício. O comodado pressupõe a legitimidade para apresentar um projeto na reunião de Câmara para ser aprovado. O que estão a aprovar é uma coisa que ainda não sabem nem existe legitimidade e só vai existir se for aprovado o ponto 7 e nem sequer foi remetido o anexo. -----

----- O Senhor Presidente referiu que o contrato foi remetido por *email* no dia anterior da reunião. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que não sabia se recebeu ou deixou de receber. -----

Perguntou se o Senhor Presidente estava zangado com os Senhores Vereadores da Oposição? Já foi dito que não aceitavam a inclusão de documentos que tenham erros ou outros. Uma questão é de simpatia, outra coisa é o que o Senhor Presidente tem feito. Porque até já foram feitas coisas que não podem aceitar que é introduzir documentos que não foram tratados na reunião de Câmara, por exemplo o estudo de viabilidade financeira que anexaram e mandaram para a Assembleia. -----

Parece que têm obrigação de ir ao mail antes da reunião para ver se chegou alguma coisa nova. -----

Porque isso tem a ver com o lado institucional e pessoal de respeito do Senhor Presidente para com os Senhores Vereadores da Oposição. -----

Perguntou se o Senhor Presidente estava zangado porque antigamente quando havia uma reunião extraordinária, pedia a um elemento do *Staff* para lhes ligar. E desta vez não o fez. Telefonou um funcionário para os alertar, na terça-feira, não foi na véspera mas quase, quarenta e oito horas antes, que havia uma reunião. Acham que não são indelicados com o Senhor Presidente ao ponto de não haver um elemento do seu *Staff*, para o fazer. O Senhor Presidente pode estar muito ocupado, mas um elemento do seu *Staff* para telefonar a dar nota que havia uma reunião extraordinária, até porque antes o fazia e deixou de o fazer. E foi por isso que perguntou.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Se não tem essa atenção institucional para com os Vereadores da Oposição porque é que haverão de estar colados ao *mail* a ver se chega, quinze minutos antes da reunião, ou um dia? Não avisam nem nada e pediram para que o Senhor Presidente reconsidere da sua parte, se o entender. E não aceitam a introdução de documentos. E pediu mais uma vez que o Senhor Presidente pensasse na questão da cordialidade. Vão-se vendo alguns sinais como a forma como entraram na reunião. Se calhar, está mesmo zangado. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu que era uma conversa muito chata. São coisas muito chatas. -----

----- O Senhor Presidente referiu que quando lhe levantam questões destas e, quando porventura possa não ter usado o método mais correto, também sabe admitir. -----

----- O senhor Vereador Joaquim Ribeiro disse que seria demais que estivessem na reunião quase amarrados a estas situações sem dizer nada. -----

Esta reunião, sendo uma reunião onde os pontos da ordem de trabalhos tem matérias como o orçamento que, como o Senhor Presidente sabe, são documentos importantes, que definem o futuro do nosso concelho e que todos, sem exceção, queremos que seja o melhor. E ao ser confrontado, na terça-feira de manhã, a dizer que havia uma reunião na quinta-feira às onze da manhã, levou um choque. Não é porque lhe incomode a hora. Mas tem um horário de trabalho, tem compromissos com o seu mercado de trabalho que, normalmente quando chega ao final do mês, é muito complexo. A partir do momento que sabem da reunião e que o têm de saber para a convocar, pegar no tal telefone como foi dito, não custa rigorosamente nada, e às vezes ajuda a que se consiga, por um lado não afetar o que é a vida pessoal e, por outro lado estarem atentos e terem o tempo adequado para poder atender para o que são chamados. Depois, ao mesmo tempo, verificarem com alguma regularidade, que faltam documentos na ordem de trabalhos, leva exatamente àquilo que já foi dito. -----

O Senhor Presidente não tem consideração nenhuma pelos Vereadores da Oposição e, provavelmente, politicamente alguma coisa não está bem. Quer dizer, não lhes passam cartão, fazem de conta que são uma mercadoria que tem de ser depositada na reunião de Câmara - não é cordial. E tem outra coisa, é que matérias que têm alguma importância vêm como ratificação de despacho. Situações que não deviam existir, não faz sentido nenhum que elas possam existir. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

O ponto seis e o ponto sete em condições normais seria de apreciar e votar. Coloca como ordem de trabalhos n.º 6 a aprovação para um projeto do qual o n.º 7 é que atribui a legitimidade para aprovação do ponto 6 e depois vai ver o conteúdo do 7, a minuta, e não consta o documento. Isto é trapalhada demais. São coisas que o Senhor Presidente tem de começar, de uma vez por todas a ter em atenção para evitar estes embaraços. Ou seja, o que é que isto vai implicar? Vai implicar, mas a decisão é do Executivo, é que o ponto 6 não seja votado e que também não seja votado o ponto 7 e que seja solicitado a sua exclusão da ordem de trabalhos. Não podem votar um projeto antes de deliberar a legitimidade. É um preciosismo, mas é uma regra. Não podem votar um ponto e no ponto seguinte votar a legitimidade do ponto anterior. Isto é básico. Não pode ser assim. É um caso que pode não ter grande importância, mas poderia ter. Daí a sua questão, onde está a legitimidade? O Senhor Presidente dirá se o assunto vai ter seguimento. Quer quanto ao ponto 6 estar antes do ponto 7 e que o ponto 7 não tem o documento anexo.-----

----- O Senhor Presidente referiu que era simples. Alterar a posição dos pontos, o documento foi enviado e propôs a entrega do documento em papel e podendo haver vontade da parte dos Senhores Vereadores da Oposição e bom senso. -----

Não está chateado com os Senhores Vereadores, nem de longe nem de perto, e a forma como entrou deve-se ao facto de ter chegado já tarde e não tem a ver com nada do que foi referido. E o que acontece na reunião não interfere naquilo que é a sua relação pessoal e espera que também não aconteça. -----

Quanto aos pontos que estão para votar, a legitimidade está comprovada e em Assembleia foi autorizada e o documento está assinado e está para ratificação. -----

Havendo bom senso e se fôr de fazer a alteração, não tem problema algum. -----

----- Nesta altura o Senhor Vereador João Sousa ausentou-se da reunião por razões pessoais. -----

----- O Senhor Presidente sugeriu a alteração dos pontos da ordem do dia, a troca do ponto 6 pelo 7 e que fossem deliberados os dois pontos, ambos para ratificação. -----

----- A Senhora Vereadora Adelina sugeriu que tendo em conta a realização na próxima reunião no dia 07 de novembro que os dois pontos fossem integrados nessa reunião. -----

----- O Senhor Presidente referiu que não tinha implicação nenhuma a troca dos pontos e que fossem deliberados. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Explicou que se trata de um contrato de comodato com a Cooperativa Agrícola de Felgueiras e que pressupõe um complemento da proposta sobre a Praça Vasco da Gama, harmonizar o conjunto da Praça Vasco da Gama com o Ex-Grémio da Lavoura, um edifício conhecido há muitos anos e a necessitar de ser reabilitado. O Executivo entendeu fazer esta parceria com a Cooperativa Agrícola com um comodato por vinte e cinco anos, com um período de início das obras de vinte e quatro meses. O prazo será contado a partir do fim desses vinte e quatro meses, portanto, para além dos vinte e quatro meses mais vinte e cinco anos. A Câmara Municipal pretende criar uma praça de alimentação na zona inferior do edifício e na parte superior uma incubadora de base tecnológica, para serem articuladas as dinâmicas e a procura no concelho do setor tecnológico pela proximidade da Escola de Tecnologia e Gestão. Ter ali uma forma de poder ajudar as empresas que começam a dar os primeiros passos naquelas áreas, na parte da inovação social e assim como outras que possam surgir e que o Município entenda que é importante para o desenvolvimento do concelho. -----

Um dos pressupostos é que um dos espaços, com cerca de cem metros quadrados, possa ser utilizado pela a Cooperativa Agrícola, onde fará também um mostruário dos produtos da terra, comércio e provas de degustação.-----

Será um espaço misto de comércio e restauração, como vem acontecendo em muitos outros espaços, de promoção do que são os produtos endógenos da nossa região. -----

Naquele pressuposto e havendo também a possibilidade de candidatar este edifício, o Executivo achou que era uma excelente oportunidade para o poder fazer tendo em conta também a Praça Vasco da Gama e poder ser contemplado algum incentivo para poder ajudar as empresas, recuperar o património dentro de um prazo razoável e foi também esse o pressuposto do plano de ação do Executivo que não podia ficar com o edifício por apenas dois ou três anos mas sim por muitos mais anos, porque senão havia o retorno do investimento.-----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu que a cláusula quinta lhe reservava dúvidas. A Câmara Municipal vai investir na requalificação de todo o edifício. Para isso celebrou um contrato de comodato com o atual proprietário. Durante vinte e cinco anos pode usá-lo. Nisto está incluída uma reserva de um espaço para que o próprio proprietário possa usar. A Câmara Municipal vai fazer obras no edifício, onde vai colocar um espaço para efeitos de comércio e restauração, bebidas e similares e prestação de





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

serviços, que podem colidir com o interesse privado. Da forma como está, qualquer concorrente privado pode achar-se injustiçado porque alguém está a abrir um negócio com base no dinheiro das infraestruturas, que é público. -----

----- O Senhor Presidente disse que, quer pelo lado da Cooperativa, quer pelo lado da Câmara Municipal, foi tudo salvaguardado pelos juristas. A Cooperativa tem liberdade suficiente para dentro daqueles fins, fazer o que entender. -----

----- O Senhor Vereador referiu que se não houver nenhum impedimento legal, concordam com a alteração da ordem do dia, e que não se volte a repetir. -----

----- Foi decidido alterar a ordem dos Pontos da Ordem do dia n.º s 6 e 7: -----

----- **6 (Ponto n.º 7 da ordem do dia) - Contrato de Comodato de Bem Imóvel, Entre Terras de Felgueiras - Caves Felgueiras C.R.L. e o Município de Felgueiras – Ratificação** – A Câmara Municipal deliberou ratificar o despacho. Esta deliberação foi tomada por unanimidade. O Senhor Vereador João de Sousa não participou na votação por se encontrar ausente da reunião. -----

----- **7 (Ponto n.º 6 da ordem do dia) - "Plano de Ação e Regeneração Urbana (PARU) - Requalificação da Pr. Vasco da Gama (Requalificação do Edifício do Ex. Grémio da Lavoura)" – Aprovação do Projeto – Ratificação de Despacho** – A Câmara Municipal deliberou ratificar o despacho. Esta deliberação foi tomada por unanimidade. O Senhor Vereador João de Sousa não participou na votação por se encontrar ausente da reunião. -----

----- **8 - Contrato de Participação Entre o Município de Felgueiras e as Juntas de Freguesia** – O Senhor Presidente referiu que o contrato pretende fazer um investimento nos parques infantis, através da construção ou reformulação ou até adaptação de alguns existentes. A intenção é a de o Município colocar um parque infantil em cada uma das trinta e duas freguesias, para que todos no concelho possam ter acesso. É também uma medida de apoio aos mais novos e às famílias. O valor será de cerca de oito mil euros a atribuir a cada Junta de Freguesia. É uma medida que certamente todos nos congratularemos e uma forma de fixação no nosso concelho. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu em primeiro lugar sobre a possibilidade de geograficamente os parques infantis poderem ser disseminados pelo concelho, o que parece ser uma boa ideia de contribuir para aquilo que é também um fator de qualidade para a vidas das pessoas e sobre isto não há qualquer divergência. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

A primeira questão coloca perante a minuta foi relativamente à localização dos parques. O terreno tem de ser da Junta de Freguesia ou pode ser do Município? -----

----- O Senhor Presidente respondeu que pode ser do Município, da Junta, pode ser cedido por um particular, dentro de um enquadramento legal, que seja apresentado um estudo prévio à Câmara Municipal para aprovação nesse sentido. -----

----- O Senhor Veredor Joaquim Ribeiro disse que se consultassem a minuta, na cláusula quarta "está condicionada a transferência de verba no ponto A2 a apresentação por parte da segunda outorgante do documento que confira direito de propriedade sobre o prédio onde será realizada a obra". Ora, se este projeto implica que a localização possa ser concretizada em terreno de propriedade da Junta, em terreno propriedade da Câmara Municipal, com as devidas alterações, para que seja possível este projeto, ou com a cedência através de comodato, por exemplo, com particulares, esta cláusula não pode existir. O segundo outorgante, que são as Juntas de Freguesia, tem de provar a propriedade sobre o prédio em que realiza a obra. Mas, se assim é, a pergunta é: as Juntas de Freguesia manifestaram interesse pela capacidade na localização deste projeto ou não? Ou seja, há Freguesias com maior facilidade da sua localização e há Freguesias com menor facilidade. E em função disso a pergunta é: as Juntas de Freguesia, trinta e duas, manifestaram interesse nisto, ou não?-----

Terceira questão: O valor de oito mil euros é fundamentado em quê? Porquê os oito mil euros? Existe algum estudo que determina este valor? Porque o facto de estar oito mil euros para todas, pressupõe que em todas vai ser igual. O que, na realidade, pode não acontecer pela dimensão da população de cada uma das áreas. É obvio que também está contemplado que pode haver investimento adicional que será da responsabilidade da Junta de Freguesia, e que esta questão está resolvida. Mas não sabem se os oito mil euros chega, se não chega e para que chega. Porque o que entendeu é que a preparação dos terrenos para a implantação do parque ficará da responsabilidade da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente disse que não, "A Junta deverá promover o arranjo do espaço envolvente ao parque." – A3. -----

----- O Senhora Vereadora Carla Meireles referiu que o A3 se refere ao espaço envolvente e não à infraestrutura. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro colocou uma outra questão porque há regras muito rígidas sobre este tipo de equipamento. Todos os equipamentos têm de estar certificados e têm que estar permanentemente acompanhados por alguém e isso implica custos para a Junta. E a pergunta dos oito mil vai ao encontro destas observações, isto é, se as Juntas têm conhecimento do porquê dos oito mil e o que pode implicar em termos de valor para cada uma delas? Tudo isto tem de ser feito até ao dia 15 de maio de 2020. A sua questão é, para ter eficácia, a de saber se já existe um levantamento, mapeamento das localizações possíveis, quer daquilo que já é propriedade dos terrenos do Município, quer daquilo que possam ser sítios que as Juntas de Freguesia tenham indicado. -----

Do conhecimento que tem, a maior parte das Juntas de Freguesia não têm terrenos. E os que têm são em sítios que podem não se passíveis de utilização para este fim. A Câmara Municipal pode alargar a possibilidade. Na eventualidade da localização não ser central, porque também se coloca a questão de ser central, a acessibilidade, a segurança, pode implicar em muitos casos que sejam encetadas negociações com particulares para fazer um comodato, mas até 15 de maio? A ideia é boa, mas não a abortem. E não crê que seja intencional. Estamos em plena preparação do Plano e Orçamento para o ano 2020, e esta medida estando tudo preparado, mapeado, as Juntas de Freguesia saber se têm provisão ou não, se já houver mapeamento e se chegar à conclusão que todas elas têm essa possibilidade, mesmo assim não está nada previsto que possa ser prorrogado caso haja justificação. Acha que deveria ser feito com outra eficácia e não com esta ligeireza. Ou já há alguém, já há muito tempo que tem isto pensado, que tem as condições para o fazer, já está preparado para o fazer, ou então vai ser um fiasco. Ainda por cima, implica concurso público ou procedimentos de contratação pública. -----

Ainda será necessário que as Assembleias de Freguesia deliberem sobre a matéria e cabimentem as verbas e depois a Assembleia Municipal aprove. Só nestes procedimentos fica quase esgotado o prazo. -----

Referiu que a ideia é boa, pareceu-lhe feito em cima do joelho e que podia ter um aproveitamento maior se tudo tivesse sido acautelado. -----

----- O Senhor Presidente referiu que esta medida foi uma medida que já foi falada com todos os Presidente de Junta em reunião. O Executivo deu-lhes nota que iria atribuir uma verba, com este condicionalismo às Juntas. Que inicialmente foi previsto uma verba que andaria na ordem dos seis mil euros. Entenderam fazer consultas informais ao mercado e





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

perceberam que para o que se pretendia e para o que era exigido a verba não era suficiente. O que o Executivo propõe, como mínimo, anda na ordem da grandeza dos oito mil euros e foi esse o valor encontrado e assente nessa consulta ao mercado. -----

A questão da posse da propriedade está salvaguardada, será por comodato e o prazo é suficiente. O Senhor Presidente acrescentou que o que é necessário é uma titularidade que legitime a utilização do terreno. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro perguntou se o Senhor Presidente tem presente quantas das Freguesias aderiram e que é para ir em frente?-----

----- O Senhor Presidente respondeu que na reunião tida com todas as Juntas todas entenderam que era uma boa medida e levantou-se a questão de que algumas já tinham parques infantis. E daí que o objeto do contrato preveja não só a construção, mas também a reformulação ou a adaptação dos parques infantis que possam já existir. Pode haver parques que já estejam consolidados mas que entendam fazer um aumento do parque com outro tipo de equipamento. Daí abrir a possibilidade no próprio estudo de se fugir das alternativas e que pretender uma solução diferente. Estuda-se a solução em função disso, quantificando podendo também abrir essa margem para que haja um crescimento dos parques já existentes. Foi nesse sentido que se fez o protocolo e que todas as Juntas querem. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu depreender que apesar da medida prever numa igualdade de tratamento geográfico, uma igualdade de valor, não havendo a garantia, pelo que percebeu, as Juntas já terem identificado os sítios e se já têm prova de encetar mecanismos de justificar a sua propriedade, isto irá beneficiar aqueles já têm porque vão com maior facilidade reformular ou restaurar ou alargar o existente. -----

Por isso acha que seria muito melhor no âmbito do estreitamento das relações com as Juntas de Freguesia este tipo de projetos, que fazem parte de uma intenção da Câmara Municipal, pudesse ser mais justo no sentido de dar a possibilidade às trinta e duas Freguesias de poder, e esta é a sugestão da oposição, num leque de três ou quatro situações diferentes, parques, ajardinamentos, restauros de escolas, dar a possibilidade de as Juntas poderem escolher três ou quatro situações diferentes para que cada uma pudesse de acordo com a suas opções, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e de acordo com as suas possibilidades de concretização pela localização dos





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

terrenos, para que houvesse uma maior justiça naquilo que é a afetação desta verba de duzentos e cinquenta e seis mil euros. -----

Porque o que vai acontecer é que, politicamente, a Câmara Municipal lança o projeto para todos aproveitarem. Na prática vai haver poucos que vão aproveitar. Se houver poucos que vão aproveitar o que se vai dizer a seguir é, quem fez, fez; quem não fez teve a oportunidade de fazer e parou. Ou seja, deixa de ter a tal estratégia de disseminação dos parques infantis pelo concelho e passa a ser alguns que já tenham a infraestrutura que a podem melhorar. -----

Isto para não contemplar estas três ou quatro ideias ou possibilidades, teria de ser feito com cabeça, tronco e membros. Saber nesta altura do campeonato se o êxito desta medida era um êxito razoável ou não para que ela pudesse ser deliberada em sede de Executivo.-----

A ideia é boa, a exploração da ideia na sua opinião muito fraca e a concretização dela vai ser muito limitada. Esta é a sua visão. Espera que daqui até 15 de maio chegue à conclusão que não foi assim.-----

----- A Senhora Vereadora Carla Meireles e concordando com tudo o que foi dito pelo Senhor Vereador Joaquim Ribeiro e achando a ideia muito positiva e considerar também que o valor é um bocadinho baixo, naquilo que eventualmente consideraram que poderia integrar o orçamento municipal.-----

De qualquer modo os centros urbanos e as Freguesias que integram os centros urbanos, Lixa ou Barrosas, Margaride e Longra, achou que poderia merecer algo mais arrojado e mais composto. Deixou esta nota porque efetivamente os parques infantis são obras muito acarinhadas pela população, muito necessárias para as crianças e pensa que os centros urbanos poderiam ter sido pensados doutra forma. Deixou a nota, considerando como ponto de partida ser muito positivo.-----

----- O Senhor Presidente e na sequência das observações feitas disse que não concorda na totalidade com o que referiu o Senhor Vereador Joaquim Ribeiro, não pondo em causa a sua interpretação. Entende que o protocolo tem flexibilidade suficiente e as próprias Juntas estão alerta e certamente farão com alguma celeridade, os *timings* estão ajustados. É uma obra que gostariam que fosse maior e com rapidez se faz. Têm a flexibilidade e se eventualmente em algum caso pontual que haja maior dificuldade em tempo não têm qualquer problema em levar à reunião para deliberação, no sentido de





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

que possa o prazo ser prorrogado, ou ser feita uma adenda. Pressume que não vai ser necessário, até porque os Presidente de Junta estão alerta para esta medida desde o final de 2018. -----

Quanto à questão da Senhor Vereadora Carla Meireles relativamente aos centros urbanos, não é nada que não esteja pensado e daí a possibilidade de outro tipo de soluções, porque nos centros urbanos as Juntas têm outra capacidade para fazer investimento. -----
Trataram todos por igual, indo ao encontro de todas as famílias, que é o mais importante e, tal como reconheceram, criarão mais qualidade de vida para todos os munícipes. -----
Relativamente à localização, de acordo com a estratégia do Executivo, optaram para que não seja feito dentro de escolas. -----

A reparação dentro das escolas estará assegurada pelos acordos de execução e outras medidas que possam surgir adicionais e entenderam que um parque infantil dentro de uma escola pode ser limitativo ao acesso a todos. -----

Os momentos que as pessoas têm de lazer é ao fim de semana e as escolas estão fechadas. -----

Deliberação – A Câmara Municipal deliberou de acordo com o preceituado na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentar a presente proposta de contrato de comparticipação às freguesias, remetendo-a de seguida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos da alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, e com respeito pelos princípios gerais de direito administrativo, em especial os princípios enunciados no artigo 1.º - A do Código dos Contratos Públicos. Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

----- **9 - ACLEM - Arte, Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M. - Plano e Orçamento - Ano 2020** – O Senhor Vereador João Sousa colocou algumas questões: Em primeiro lugar nada sabem sobre a gestão da ACLEM, apesar de serem Assembleia Geral da empresa municipal. Já solicitaram a revisão do contrato programa da Câmara Municipal com a ACLEM no início do mandato, que já está a meio e parece-lhes que tal não acontece. Reforçaram outra questão: a auditoria que o Senhor Presidente encomendou sobre as contas municipais recomenda a renegociação do contrato-programa que diz que é manifestamente acima do necessário e que deveria ser visto. Registaram que nada é feito nesse sentido. Disseram que ACLEM recebe seiscentos e sessenta mil euros da Câmara Municipal de Felgueiras relativamente ao contrato-





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

programa que dá sessenta mil euros mais ou menos por mês e gasta mais de meio milhão de euros. Ou seja, em média, a Casa das Artes fica por quarenta e dois mil euros mensais. Para 2020 de acordo com as suas contas o orçamento é aumentado em sessenta e cinco mil euros. Estes são os dados que lhes parecem mais significativos.-----
Gostariam de, objetivamente, saber quantos colaboradores e prestadores de serviço tem a ACLEM neste momento? E quanto custam? Porque está misturado o fornecimento de serviços externos, entre aquisições, por exemplo de uma peça de teatro e trabalhadores. Isso é possível de discriminar e gostariam de saber. Sendo que a programação, o custo com o fornecimento de serviços externos representam xis e fazem rapidamente a dedução de quanto custa a programação e de quanto custa os funcionários.-----
Gostariam de ser esclarecidos relativamente a uma rubrica e que tem um aumento significativo de vinte e três mil euros anuais, que é a rubrica diversos. -----
----- O Senhor Presidente referiu que o pagamento do Serviço do SPA, por exemplo, está incluído em diversos. -----
----- O Senhor Vereador João Sousa considerou estranho incluir o SPA em diversos. Porque todo e qualquer espetáculo que se realize exige esse procedimento. Tem a certeza que na ACLEM são cumpridores como na Câmara Municipal, porque fica mal a uma entidade pública não cumprir, independentemente de concordar com os mesmos ou não.-
----- O Senhor Presidente relativamente à renegociação do contrato-programa, e a auditoria de facto salientava isso, têm refletido e acompanhado mas não esquecendo que a auditoria tem um horizonte temporal que termina no final do mandato.-----
Entretanto, há outros compromissos que foram assumidos pela própria ACLEM, nomeadamente candidaturas e procedimentos como a *Sentium Aula* e que têm de ser suportados.-----
----- O Senhor Vereador João Sousa perguntou qual era o investimento municipal nessa obra da parte da ACLEM? -----
----- O Senhor Presidente respondeu que certamente é o que está no estudo. -----
O contrato-programa será estudado no momento que entenderem ou em que deixar de ser oportuno mantê-lo ou que está a prejudicar de alguma forma o Município, não esquecendo que o próprio Município tem a responsabilidade dentro dessas empresas municipais, neste caso da ACLEM. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Relativamente à questão do pessoal pode ser feito um apanhado do que têm e fazer chegar sem qualquer tipo de problemas.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que quanto a isso foi o que disseram no ano passado. Já entregaram um requerimento e não foram informados sobre isso. Não devem ser assim tantos. No Município são centenas. Na ACLEM são menos.-----

----- O Senhor Presidente informou que dentro dos pressupostos legais as coisa estão a ser cumpridas. -----

Em termos de orçamento e sobre os diversos, a Senhora Vereadora deu exemplos e há coisas que mesmo concordando que não estão discriminados os valores. Nos serviços diversos são vinte e três mil euros. No caso concreto da Sociedade Portuguesa de Autores ela varia de espetáculo para espetáculo, portanto existe uma margem variada.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que até aceitavam que nos diversos ponham os direitos de autor. Mas vão querer confirmação se realmente é. Mas que outro tipo de despesas diversas encaixam? -----

----- O Senhor Presidente respondeu de algumas que possam eventualmente surgir durante o decorrer da atividade da própria ACLEM, que não estejam na totalidade especificamente.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa solicitou ao Senhor Presidente e para resolver aquela dúvida se poderia disponibilizar a informação dos gastos dos diversos do ano passado, no orçamento anterior?-----

----- O Senhor Presidente disse que ficaria o registo para lhes fazer chegar.-----
Mais referiu que a ACLEM tem crescido e tem dado provas também que tem trazido mais eventos e mais capacidade de resposta daquilo que são as necessidades do concelho do ponto de vista daquilo que é a sua atividade e continuará a ser uma grande parceira do Município tendo em conta também a responsabilidade que o Município tem nesta matéria.

----- O Senhor Vereador João Sousa quanto ao número de pessoal e valores perguntou ao Senhor Presidente se poderia adiantar algo mais?-----

----- O Senhor Presidente respondeu que preferia dar dados concretos do que estar a dar um número que pode estar errado. E disse que fará chegar a informação.-----

----- A Senhora Vereadora Adelina Silva referiu que nesta reunião e precisamente neste ponto, está a decorrer a Assembleia Geral da ACLEM. Na Assembleia Geral é normal que o





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Conselho de Administração preste todos e quaisquer esclarecimentos solicitados a quem, como neste caso, vai aprovar o orçamento. -----

Já não é a primeira vez que solicitaram informação e questões simples e nada lhes é respondido. Dá-lhe a sensação que este Conselho de Administração não está a cumprir com aquilo a que é obrigado. -----

Queria saber se o Senhor Presidente em essa noção, se também tem a noção que de facto tem esse dever de prestar todos e quaisquer esclarecimentos solicitados nas Assembleias Gerais para que possam aprovar o orçamento de forma tranquila, clara, correta. -----

----- O Senhor Presidente disse que relativamente ao que referiu, o que estão a fazer é tentar prestar os esclarecimentos possíveis dentro da informação que têm. Outra, será certamente respondida, não estando em incumprimento de nada nem a cometer nenhuma ilegalidade. -----

Deliberação - A Câmara Municipal deliberou aprovar o Plano e Orçamento - Ano de 2020 e remetê-lo à Assembleia Municipal para conhecimento. Esta deliberação foi tomada por cinco votos favor e quatro votos contra dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva. -----

O Senhor Vereador João Sousa prestou a seguinte declaração de voto: "Nada sabemos sobre a gestão da ACLEM. Já solicitaram a revisão do contrato-programa no início do mandato. Uma auditoria encomendada pelo Senhor Presidente recomenda a renegociação do contrato-programa pelo qual não conseguem compreender que tal não seja feito. A Casa das Artes está a tornar-se um monstro do universos municipal e quando dizem um monstro é um monstro orçamental e nós enquanto Assembleia Geral da ACLEM lamentamos que as questões que colocamos não nos sejam respondidas, nomeadamente sobre duas matérias que são bastante obvias, que são o número de pessoas que trabalham na empresa e quais o vencimento que auferem, para além dos custos de programação." -----

----- O Senhor Presidente deixou a nota de que a ACLEM é muito mais do que apenas a Casa das Artes. -----

----- **10 - EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. - Plano Anual de Atividades e Orçamento de 2020** – O Senhor Vereador João Sousa disse que se o





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

ponto fosse apresentado algumas das dúvidas poderiam ficar esclarecidas. Sendo que não foi apresentado, colocarão bastantes questões. -----

Uma primeira nota é que o orçamento não perspectiva nada de novo para o ano 2020 em termos de atividades nem de receitas próprias. Aliás, verifica-se uma diminuição de estudantes e projetos, comparativamente a anos transatos. -----

Outra questão é do contrato-programa e se bem se lembra no último orçamento já foi chamada a atenção para o facto dos 15% da comparticipação nacional ter de fazer parte do orçamento. A questão que colocam é se o orçamento é outro ponto e se está previsto no orçamento de 2020 estes 15% da comparticipação nacional?-----

Se a plurianualidade está salvaguardada uma vez que a questão dos cursos é de três anos. Relativamente aos cursos havia uma cláusula no contrato-programa anterior em que o Município participava em que há um relatório de execução e se o Executivo Municipal, uma vez que neste caso a Câmara não é a Assembleia Geral da EPF, se deveriam tomar conhecimento desse relatório de execução da Escola Profissional, uma vez que a Câmara Municipal coloca lá dinheiro e gostariam de saber se não têm direito a que a EPF lhes prestasse contas do contrato-programa, porque lhes parece que dizia lá algures que tinha que ser feito. Como têm dúvidas, perguntam. -----

----- O Senhor Vereador A. Fernando Fernandes começou por responder pelo contrato-programa e que o relatório de execução foi enviado e já foi desbloqueada a verba relativa a 2018. Não sabe se podem tomar conhecimento, junto dos serviços vai tentar saber e é uma situação que pode ser esclarecida. -----

Relativamente ao montante para a comparticipação por parte do Município está previsto no orçamento para 2020, assim como esteve para 2019, sendo certo que o Município está a fazer diligências junto do Governo no sentido de que esse montante seja imediatamente resolvida essa situação associado à Câmara e que passe a ser assumido, como em tempos, pela administração central. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que teriam o apoio dos Vereadores do PSD nessa matéria porque que é injusto. -----

----- O Senhor Vereador A. Fernando Fernandes referiu que é um trabalho conjunto com as outras quatro escolas profissionais. Todos estão preocupados com isto porque é um encargo avultado para o Município, como é obvio. E quanto a isto ainda não há nenhuma informação concreta. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- O Senhor Vereador João Sousa colocou mais duas questões: o orçamento que lhes foi apresentado não faz referências a carências humanas, técnicas e das instalações. Partem do princípio que está tudo resolvido.-----

Já levantaram esta questão, mais ou menos há um ano atrás, e perguntaram porque também já foi falado, mais ou menos há meio ano, sobre a possibilidade de fusão com o CPIC ou que se falou na possibilidade de sinergias ou outra coisa qualquer e pretendiam saber se há alguma evolução do ponto de vista estratégico e o que está pensado, uma vez que curiosamente são duas instituições que se calhar estão a perder alunos. Não sabe qual o motivo mas é estranho que a carência de formação em algumas áreas no setor da indústria que tanto pede trabalhadores qualificados para abrir cursos e, depois, ou na Escola Profissional ou no CPIC parece que não existe solução, o que é um contrassenso. Esta é uma noção que vão tendo, não sabe se será verdadeira.-----

----- O Senhor Presidente relativamente à matéria do CPIC é uma matéria que não põe de parte, mas também gostavam de saber qual a opinião dos Senhores Vereadores relativamente este assunto e se entendem que é uma medida positiva pela agregação ou consolidação das instalações.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que tratariam desse assunto no período antes da ordem do dia da próxima reunião, sendo certo que e até porque estabeleceram um facto que gostariam de saber da parte da autarquia se é verdade, e ao que parece assim será, que as duas instituições estão a perder alunos.-----

A nível de cursos a Escola profissional está em perda e isso significa também perda de alunos.-----

Não podem refletir sobre a matéria sem terem dados. E uma das coisas que é preciso perceber, mas não têm esse interface, é o que pensa o centro de Formação. O que é que o Centro de Emprego pensa o Centro de Formação de Felgueiras. Se é para descartar, para despachar, se é para deixar definhir. Achou muita graça porque viu uma publicidade nas piscinas municipais sobre muitos cursos que havia no CPIC. Oferta para indústria do calçado, estão a trabalhar bem. Em conversa com empresários chegou à conclusão que quando querem algum curso ou algum trabalhador com determinadas aptidões, não a curto prazo, mas até médio, afinal não tem curso.-----

A ideia que dá é que o CPIC é uma filial, mas uma filial recôndita que se está a deixar mirrar.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Essa informação não têm e é importante que percebam para discutir o assunto. Se o CPIC estiver em força há cerca de quatro ou cinco anos até reformataram a Academia do Calçado, ou qualquer coisa assim parecida. Se a instituição estiver a funcionar com alta punjança nem é preciso pensar em fusão. Agora, se porventura está a definhar, se a APICAPS, o Centro de Emprego já não têm nenhuma perspetiva para Felgueiras acha que se deve pensar sobre o que fazer. Porque já é mau termos uma filial, só faltava ela estar a definhar.-----

E quando disse que na próxima reunião falavam é certo que precisam deste tipo de dados porque não sabem, não reúnem com a APICAPS para saber como está, não reúnem com o Diretor do Centro de Formação. Podem lá ir, mas se lá forem é sinal que não conseguiram obter a informação de outra forma e acha que se calhar era preferível ser da Câmara Municipal.-----

Sobre este assunto e se o Senhor Presidente quiser, e é a primeira vez que o faz em dois anos - identifica o assunto e diz assim: gostava de saber a vossa opinião. Com base em alguma informação podemos, sem nos comprometer de imediato, refletir para depois tomarmos uma posição porque não fugimos a isso.-----

----- O Senhor Presidente referiu que, com toda a frontalidade mas com todo o respeito também, a sensação com que ficou é que o Senhor Vereador João Sousa estava a querer fugir à questão.-----

E disse que o Centro de Formação do Calçado é uma escola autónoma, é um centro protocolado como muitos que existem do IEFP. Conhece as pessoas, não sabe neste momento quem lá está e o que poderá dizer é aquilo que sabe. Nunca teve nenhuma conversa formal, nem mesmo informal com as pessoas que estão à frente do Centro, com o Diretor ou Conselho de Administração sobre a temática do Centro Formação e o momento em que ele possa estar a atravessar.-----

O que pode dizer é que numa reunião, com o Senhor Diretor do IEFP, Senhor Delegado Regional, informalmente abordaram a questão do Centro de Formação.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa perguntou se o Município tem dados sobre o número de alunos e de cursos que tem, por exemplo?-----

----- O Senhor Presidente respondeu que sabem que existem cursos que muita das vezes ficam vagos e que mesmo o próprio IEFP não consegue ter a perceção se isso acontece porque as pessoas já arranjam emprego ou se acontece porque não está ajustado. E o





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

que lhe parece também, e é uma interpretação sua, é que muitas das vezes os cursos, e isso é transversal ao país todo e à questão da formação, nos locais certos e nomeadamente na CIM que tem alguma responsabilidade, têm feito alertas no sentido de que as matérias ou a oferta formativa seja mais flexível ao ponto de podermos ajustar à realidade de cada região e de cada Município concretamente. -----

Portanto, é esse o trabalho que tem vindo a ser feito, sensibilizar as entidades para isso, mas como é obvio não temos a responsabilidade nem podemos intervir naquilo que é a ação de um organismo do Estado, que tem a sua autonomia. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa o que acha que é importante a capacidade de influenciar e de identificar problemas e arranjar soluções. Precisam dos dados porque senão vão refletir sobre o quê? Não sabem se estão bem equipados, se as instalações são grandes. Em tempos estava bem equipada. -----

----- O Senhor Presidente disse que o Centro de Formação tem boas condições de trabalho, foram remodeladas na parte operacional, nomeadamente uma linha de calçado. Uma coisa é a capacidade que instalada no terreno para poder dar resposta, outra coisa é o número de alunos que não sabe precisar como é obvio. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que esta questão não é muito de roubar alunos, é formandos o que é diferente. -----

----- O Senhor Presidente referiu que muitas das vezes as questões que se põem têm a ver com o número de desempregados. Tem a ver com o desemprego de longa duração em que estão os alunos na maior parte dos cursos. E esse é outro dado que o IIEFP tem que considerar. Também pode haver uma viragem no paradigma. Sabe que existiu noutros tempos a formação já em contexto de trabalho, em vez de existir a formação no próprio Centro e que existia formação dada em algumas fábricas. O paradigma que existe hoje terá de merecer uma reflexão e o próprio Instituto estará atento a isso, porque é para nós um problema o calçado e a questão do apoio às empresas, um problema não só municipal mas mais do que isso é um problema de âmbito nacional, porque é um dos grandes motores da economia do nosso país. E se não tivermos Centros que possam dar resposta efetiva e concreta às necessidades do mercado de trabalho, então aí estamos desalinados e o país de facto não está a cumprir o que são os seus designios que é também dar apoio às empresas. -----





----- O Senhor Vereador João Sousa deixou o alerta ao Senhor Presidente de que estão disponíveis mas com informação para poderem fazer um juízo sério.-----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro perguntou se foi aprovado em Assembleia Geral e quem compõe a Assembleia Geral?-----

----- O Senhor Vereador A. Fernando Fernandes referiu que estavam a falar da EPF e que foi aprovado em Assembleia Geral. Quem compõe a Assembleia são os representantes do Município e a Dra. Paula Dantas. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que, na sua opinião, ficava bem a Escola Profissional dar informação ao Executivo, sendo que, obviamente a Câmara não é a Assembleia Geral, mas esta remeter a informação e não o que a gerente envia porque a Assembleia pode não aprovar o que a gerente envia para a Câmara. -----

Deliberação - A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou remeter o documento à Assembleia Municipal para o mesmo fim. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-

----- **11 - Mapa de Pessoal para o Ano 2020** – O Senhor Vereador João Sousa referiu que o orçamento, o mapa de pessoal e a derrama, acham que deveriam conhecer a visão estratégica do Município para esta área. Sendo assim colocaram algumas questões.-----

Sobre o mapa de pessoal sabe que há uma diferença entre previsão e colaboradores e trabalhadores efetivos. Às vezes não conseguem chegar aos dados. Em setembro de 2009 o Município tinha 805 colaboradores, em 2013 – 688, em 2014 – 671, em 2015 – 658, em 2016 – 672 e em 2017 – 655, está a referir-se ao número de trabalhadores. No entanto, não conhecem os números de 2018 ou 2019. Mas têm alguns dados parciais que são; em 2018 eram 842 e em 2019 para 2020 estão previstos, salvo erro, 971 lugares. O que queriam perceber para aferir o rigor da informação era qual o número efetivo de trabalhadores de 2018, sendo que em 2019, isto é, para o próximo ano e que é apenas uma previsão de 971, depende do número que estiver este ano. -----

----- O Senhor Presidente deu nota que vão continuar a apostar naquilo que são os recursos tendo em conta que se perderam muitos recursos humanos durante muitos anos. Este aumento, que possa acontecer, é tal e qual como aconteceu noutros tempos e muitos deles têm a ver com a centralização e novas pessoas que vão ter que entrar obrigatoriamente por força da delegação de competências. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa perguntou se o Senhor Presidente sabia quantas pessoas vão entrar, porque lhe foi perguntado há três semanas e não sabia.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- A Senhora Vereadora Ana Medeiros referiu que o Senhor Vereador disse e bem que se trata de um documento previsional e que contempla algumas limitações do próprio quadro, mas que tem de ser assim. Hoje, o Município tem 637 colaboradores mais 44 colaboradores das AEC's. No final do próximo ano o Município vai ter, não os 971 que estão inscritos, mas 789. Isto porque temos no mapa de pessoal refletidos os 44 colaboradores das AEC's que estão hoje a trabalhar para o Município e tem mais 55 que foram previstos para a contratação no próximo ano letivo. Mas só estão ao serviço 44 e estes terminam as suas funções e entram os outros. Temos algumas reclassificações que em número têm que estar também duplicadas, porque as pessoas estão a ocupar o lugar de assistente operacional e tem que ser contemplado novo lugar no mapa para assistente técnico e tem de ser valorizado embora num lugar o total e noutra a diferença, mas em número as pessoas também têm de estar obrigatoriamente duplicadas. Isto em termos exemplificativos do que resulta num valor tão elevado. -----

Conclusivamente, no final do próximo ano vamos ter os 637 colaboradores mais os 55 das AEC's, mais 21 contratações previstas para este ano, mais 7 técnicos superiores a contratar até final de 2020, 6 assistentes técnicos, 30 assistentes operacionais, mais 9 lugares de mercado aberto, que é outra situação que nós contratamos 3 lugares de mercado aberto em 2019 e abrimos 6 vagas para o ano 2019. O mercado aberto é um procedimento para contratação de pessoas com limitações físicas, que o Executivo entendeu que é importante que o Município abra portas a este tipo de pessoas com limitações uma vez que no mercado normal têm algumas dificuldades de aceitação. E temos 79 pessoas que são provenientes da descentralização, quer é na área da educação quer na área da saúde. O que totaliza cerca de 789 pessoas no final de 2020 e retiramos uma dúzia de aposentações que vamos ter, mais ou menos previsíveis, e que já entraram nos serviços. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que desta vez a Senhora Vereadora Ana Medeiros deu informação objetiva mas, em primeiro lugar, é muita informação e é difícil absorvê-la. E em segundo, não está completa porque ao nível das reclassificações quantas é que estão previstas? -----

Ao nível da educação quantos funcionários temos? Vão ser acrescentados 79 e na saúde?

----- A Senhora Vereadora Rosa Pinto informou que se trata 14 assistentes operacionais.





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- A Senhora Vereadora Ana Medeiros reiterou que são 14 assistentes operacionais na área da saúde e na educação também existem técnicos superiores. Dos 79, são 14 na saúde, mais 15 assistentes técnicos e mais cerca de 53 assistentes operacionais.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa pediu informação de quantas pessoas são e que fosse tudo resumido pelo que irá formular o pedido por escrito para se perceber o que pretende. -----

Deliberação - A Câmara Municipal deliberou aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2020 e remeter o documento à Assembleia Municipal para o mesmo fim. Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro votos contra dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva. -----

O Senhor Vereador João Sousa prestou a seguinte declaração de voto: -----

“- Neste orçamento e à boa maneira da gestão socialista, assistimos mais uma vez a um crescimento exponencial do número de lugares criado no Mapa de Pessoal. Do total de 842 postos de trabalho previstos para 2019 podemos passar em 2020 para 971,-----
Excetuando as alterações avulsas que nos são habitualmente presentes ao longo do ano, verificamos, pois, um aumento de mais de uma centena de trabalhadores (129), em que está prevista a sua admissão ou progressão, na CMF, em 2020! -----

A acrescentar a este aumento significativo do número de trabalhadores, verificamos a aquisição de avultados valores de serviços externos de assessoria, em áreas que a CMF dispõe de recursos humanos, nomeadamente técnicos superiores, onde as aquisições são mais onerosas.-----

Resumindo, iremos constatar aquando da discussão do Orçamento para 2020 que a despesa está a aumentar exponencialmente e consideramos que os gastos que tal medida implica podem hipotecar o futuro.-----

Relativamente a prestação de serviços externos, ou seja, prestadores de serviços ou avançados, a despesa aumenta consideravelmente. Daqui a pouco a Câmara é comandada de fora dos Paços do Concelho. Aumenta o pessoal e a contratação de serviços fora (há uma duplicação de despesa) em áreas que a Câmara é detentora de bons quadros. -----

Não nos revemos nesta gestão sem planeamento estratégico, onde o que vale é a admissão de colaboradores a qualquer preço, alguém no futuro descalçará a bota, já não será certamente Nuno Fonseca.”. -----





----- **12 - Proposta - Derrama - Taxa a Aplicar no Ano de 2020** – O Senhor Vereador João Sousa perguntou qual o valor cobrado em 2019 sobre a derrama anterior e quanto aumentou. -----

----- O Senhor Presidente sugeriu ao Senhor Vereador que posteriormente lhe faria chegar informação dos valores cobrados. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que uma das coisas essenciais era a de saber quando rendeu a cobrança da derrama e do IMI para depois terem a capacidade de fazer alguma coisa. E não sendo possível saber o valor de 2019, em 2018 qual foi o valor? -----

----- O Senhor Presidente referiu que o que se está a tentar deliberar é a proposta de derrama para o próximo ano. Se o Senhor Vereador precisa dessa informação complementar comprometeu-se a fazê-la chegar. Da questão da execução quanto temos de cobrança. -----

Esclareceu que foi mantida a derrama, não aumentou. É uma proposta de continuidade da taxa de derrama nos valores que tinham anteriormente, com a taxa reduzida para empresas que faturem ou que tenham lucros abaixo dos cento e cinquenta mil euros. Uma empresa que tenha lucros de quinze mil euros de lucros pagará cento e cinquenta euros de derrama. -----

Deliberação - A Câmara deliberou aprovar a proposta e submetê-la à Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação, por este Órgão deliberativo, do lançamento da taxa reduzida de Derrama de 1% para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00 €, nos termos da alínea b) do artigo 14.º e do n.º 4 do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e, para os restantes, se aplique a taxa de Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do já citado diploma legal. Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro votos contra dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa prestou a seguinte declaração de voto: -----

“Lembramos as promessas do Partido Socialista e do Sim Acredita da abolição desta taxa e cumprimos o nosso papel de escrutinar o atual Executivo e as forças políticas que o





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

suportam. Durante anos ouvimos os socialistas felgueirenses a defenderem o fim da derrama para apoiar a indústria e, no momento em que o setor receia atravessar a maior crise, não há coerência. -----

Já advertimos noutros momentos para a situação de fragilidade do setor do calçado e esperamos que a ânsia de arrecadar receitas por parte do Município não seja social e empresarialmente um falhanço grave.-----

Lembramos, complementarmente, que o Governo aumentou as transferências para o Município e as receitas cobradas e de impostos continuam a aumentar. Contrariamente, empresas e famílias continuam sobrecarregadas e não têm o devido retorno. -----

Havia espaço para que a derrama não fosse cobrada para cumprir com as promessas antes das eleições e mesmo após. Lembramos as palavras do Sr. Presidente, na 2ª reunião deste órgão, que lamentou ter que cobrar a derrama devido à situação financeira do Município, mas que logo que melhorasse poderia fazê-lo. Verificou-se que as contas estavam excelentes, as receitas municipais continuam a aumentar e afinal, a derrama continua a ser cobrada às empresas. -----

Quanto ao objetivo de aplicar a receita em saneamento veremos rapidamente como tal não irá acontecer. Alguém acredita que os valores arrecadados nos dois anos anteriores com a derrama foram aplicados em medidas sociais e de apoio às famílias e empresas? Cerca de 3 milhões de euros daria para muitos apoios...". -----

----- O Senhor Presidente disse que, tal como consta da proposta, o reinvestimento desta taxa de derrama será, tal como se viu nos pontos da reunião de hoje, reinvestida nas infraestruturas de apoio às áreas industriais mas sobretudo também no grande investimento que está refletido e que se verá mais à frente no orçamento em termos de infraestruturas básicas, nomeadamente o saneamento. Relembrar que o Dr. João Sousa que falou de questões e argumentos partidários, políticos, dizer que esta taxa de derrama não existia em 2009 e que foi introduzida por um Executivo do qual o Senhor Vereador fazia parte e desde aí manteve-se com os mesmos valores que se apresentam hoje. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que o Senhor Presidente disse uma coisa que não é completamente verdade. E em 2008 havia derrama? -----

----- O Senhor Presidente referiu que o que disse foi que em 2009 não existia derrama e que foi introduzida pelo anterior Executivo do qual o Senhor Vereador fazia parte.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- **13 - Proposta - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - Ano 2020** – A Câmara Municipal deliberou aprovar a proposta e submetê-la à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º e da alínea b), do n.º 1, do artigo 25º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fixando o valor para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para vigorar no ano de 2020. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

----- **14 - Proposta - Participação Variável no IRS - Ano 2020** – O Senhor Presidente referiu que é uma proposta que continua, a dar apoio às famílias mais numerosas indo também de encontro a uma política que o Executivo pretende de que haja cada vez mais jovens e mais criança no nosso concelho e também uma medida de justiça social. É uma medida também para aqueles que mais ganham também paguem mais impostos e que esta medida apoie sobretudo os que têm mais filhos e mais carências.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que, em primeiro lugar, pretende saber que valor está em causa? Em segundo lugar e como o Senhor Presidente falou em apoios acham que uma coisa não tem nada a ver com outra. Sendo que o Senhor Presidente parece muito pouco socialista porque o Partido Socialista sempre defendeu a devolução do valor do IRS às famílias. O Partido Socialista de Felgueiras defendeu durante muitos anos a devolução. O que o Senhor Presidente disse, que era uma medida justa, contraria aquilo que é o histórico de muitos anos. E aqui não pode usar o argumento anterior que é se em 2009 existia ou não. Aqui, se realmente quizesse fazer a diferença podia fazer a devolução. O PSD em coerência nunca defendeu esta taxa mas chamando-os à colação pelo histórico de socialistas, irão abster-se nesta declaração, uma vez que, se prometeram deviam cumprir.-----

----- O Senhor Presidente deu nota ao Dr. João Sousa do que o que disse não é de toda verdade. Nunca prometeram isto. Aliás, o Senhor Dr. João Sousa no seu tempo teve tempo para aliviar a carga fiscal das famílias neste sentido. Também nunca o fez e dizer o que o Executivo fez dentro do que está enquadrado na lei, que lhe parece uma medida de justiça social. Se há de facto pessoas que ganham muito mais, deve esse dinheiro ser canalizado para outro tipo de apoios que são dados, quer no âmbito da educação que já foram provados, quer da ação social ou associativismo e, sobretudo, as próprias infraestruturas básicas que vão ser uma aposta clara deste Executivo, nomeadamente o





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

saneamento e a redução das perdas de água, para que isso não se traduza também num acréscimo da fatura da água a todos os munícipes. É uma medida que o Executivo vê como justa e que está nos limiares máximos da justiça social aplicada às famílias. Quem tem menos possibilidades paga menos, quem ganha mais paga mais, para contribuir de forma concreta para algumas medidas que podem apoiar quem ganha menos. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que, em coerência nunca foram a favor da devolução. Só estavam a exigir aos socialistas que cumprissem com aquilo que ao longo de anos sempre declararam. Gostava de saber qual foi o valor arrecadado da última vez. -

----- O Senhor Vereador A. Fernando Fernandes disse que que não dispunha do valor exato. Mas que seria, mais ou menos, um milhão e cem mil euros.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa perguntou quanto desse valor foi gasto em saneamento. E em água nos últimos dois anos, proveniente da receita da derrama. -----

----- O Senhor Presidente disse que podemos trazer medidas concretas no que foi a educação. E se o Senhor Vereador for coerente poderá ver que a proposta do ano passado no reinvestimento não falava nessa matéria, mas referia ações de educação. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa perguntou quanto foi gasto na educação, nos livrinhos para as famílias, quanto gastou? Foram cem mil euros? -----

----- O Senhor Presidente referiu que os pequenos almoços não são obrigação do Município, é uma medida da ação social. -----

Na proposta que tinha no ano passado falava-se em ações e provavelmente o texto será similar este ano e tal como está nesta proposta são ações para setores da educação, da ação social, do associativismo e da juventude e do reforço das infraestruturas básicas, muito em particular da rede do saneamento. -----

Deliberação - A Câmara Municipal deliberou aprovar a proposta e submeter à Assembleia Municipal, a fixação de 5% da participação do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Felgueiras, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 26º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dos n.ºs 1 e 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33º do mesmo diploma legal. Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro abstenções dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- O Senhor Vereador João Sousa prestou a seguinte declaração de voto: "Relativamente a este ponto iremos abster-nos porque sempre foi promessa do Partido Socialista a devolução do IRS aos felgueirenses. -----

O PSD sempre concordou com a sua cobrança, porque sabemos que a arrecadação de receita, com equidade, é fundamental para planear e executar a intervenção municipal. --- Defendemos convictamente que o IMI deveria voltar à taxa mínima e entendemos que em matéria de IRS, se o Município apostasse no reforço de medidas sociais, tal seria compreensível, o que não é o caso. -----

Consequentemente, como oposição apenas temos que apresentar alternativas, ser críticos com o que não concordamos e exigir que o atual Executivo seja coerente com o que sempre defendeu." -----

----- **15 - Proposta - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de Taxa a Aplicar no Ano de 2020** – O Senhor Presidente referiu que é uma proposta que vai ao encontro do compromisso deste Executivo municipal, em coerência com o que assumiram desde o início do mandato e proposto em campanha eleitoral, da redução progressiva do IMI até à taxa mínima até ao final do mandato. Fazem-no progressivamente assegurando este ano a taxa de 0,31% e que será proposto no orçamento de 2021 a taxa mínima para o IMI. Congratulamo-nos por esta medida que vai de encontro ao apoio às famílias, em coerência com aquilo que sempre afirmaram, de reduzir progressivamente esta taxa, que é uma grande medida, não pondo em causa a sustentabilidade do Município. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa perguntou qual foi o último valor do IMI que se arrecadou, só para terem a noção da grandeza. -----

----- O Senhor Vereador A. Fernando Fernandes respondeu que o valor arrecado do IMI até agosto de 2019, bruto, foi de dois milhões e duzentos e noventa e oito mil euros e em 2018, bruto, quatro milhões, quatrocentos e treze mil euros e líquido quatro milhões e trezentos e noventa mil euros. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que para o próximo seria expectável ser superior a quatro milhões e trezentos. -----

----- O Senhor Vereador A. Fernando Fernandes disse que para 2020 não será expectável porque reduzimos a taxa. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que qualquer das formas o histórico tem dito que mesmo reduzindo, mas será superior a quatro milhões. O que, se juntar um milhão e





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

meio da derrama mais um milhão de IRS são sete milhões. Sete milhões de receitas, sempre a aumentar e se reduzisse para a taxa mínima votariam favoravelmente. Se não reduzissem nada votariam contra. Como só reduzem um pouquinho vão-se abster.-----
Porque mais uma vez, perde-se a oportunidade para repor esta taxa para os mínimos como foi proposto em campanha eleitoral e depois foi adaptada ao "progressivamente".
Vão fazer uma declaração de voto mas que se redonda no seguinte: O município está com as receitas a subir e com a devolução e apoios às famílias, iguais. Os objetivos do IRS e do IMI até são os mesmos - a política social. Da derrama não porque este ano mudou. Mas se se juntarem os milhões todos do ponto de vista social, na educação e com estes milhões vai ser possível fazer muita coisa. Sabem que não é assim e era preferível não o dizer. Ou então dizer as contas de forma clara, porque é um valor muito grande que resumindo, resume-se tudo ao seguinte: o Município está a ser uma máquina de arrecadar receita e não está a redistribuir na respetiva proporção. Ou seja, se acha que muitas vezes este Executivo é muito parecido com o Governo, que tratou da devolução dos rendimentos, neste momento, que tem uma situação do ponto de vista da arrecadação da receita bem simpática, não está a ser proporcional na devolução às famílias, às empresas e às instituições.-----

----- O Senhor Presidente referiu que o que lhe parece incoerente e percebendo o argumento do ponto de vista político, há um dado que é estranho. Como é que é possível pôr-se em causa a arrecadação de receita quando o Executivo apenas e só fez duas coisas: Baixou aos impostos, investiu mais em todas as medidas e mesmo assim conseguiu-se fazer um milagre, o de arrecadar grandes receitas. Se calhar o que vem nos dados do INE relativamente aos últimos dados de licenciamento que o Executivo aumentou mais de 80% nos licenciamentos pode ser um facto que leve a não aumentar o IMI e sobretudo diminuí-lo e leva à arrecadação de mais receita. Portanto, muitas das vezes, é preciso trabalhar mais para conseguir mais também. E é isto que este Executivo tem feito e nesse sentido repudiar as palavras do Senhor Vereador, que não são coerentes nem refletem o que é a verdade e que apelida apenas de palavras de populismo no sentido de tirar uma vantagem política do que é algo que não conseguiram fazer durante os anos que estiveram à frente do Executivo. O Executivo reduzindo aos impostos, aumentando às medidas implementadas, quer na educação, quer na ação social, mesmo assim conseguiu arrecadar mais receita.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que quando ouve o Senhor Presidente a falar fá-lo lembrar o ciclo do ouro do Brasil. O senhor Presidente, quando tiver oportunidade, e os ciclos económicos fazem-se por ciclos. Acabando o ciclo das especiarias, os Portugueses viraram-se para o Brasil. E o ouro era uma coisa fácil. Encontraram lá muito ouro e viveram uma vida fausta até que, a seguir as Finanças ficaram completamente desequilibradas e ser necessário vir o Marquês de Pombal compor as nossas finanças e endireitar a história. E acha que a forma como o Senhor Presidente fala tem que reconhecer que vive um momento positivo, não só na questão das receitas da construção que aumentaram cerca de cento e tal mil euros. É nas transferências do Estado, é na arrecadação do IMI, na arrecadação da derrama, do IRS e de outras coisas. O que defendem é que deveria haver um retorno maior, às instituições e às empresas. -----

Deliberação - A Câmara deliberou aprovar a proposta e submetê-la à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto nos n.º s 5 e 8 do artigo 112.º do CIMI, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fixando as seguintes taxas de IMI para o ano de 2020:

- 1) Taxa de IMI – 0,310% - Prédios urbanos;
- 2) Taxa de IMI - 0,8% - Prédios rústicos;
- 3) Reduzir a taxa de IMI para as famílias com dependentes, nos termos seguintes:
 - Um dependente a cargo, dedução de 20 €
 - Dois dependentes a cargo, dedução de 40 €
 - Três dependentes ou mais a cargo, dedução de 70 €
- 4) Majoração de taxas – majorar em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, delimitados nas plantas em anexo. -----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro abstenções dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva. -----

O Senhor Vereador João Sousa prestou a seguinte declaração de voto: -----

“Volta a perder-se a oportunidade para repor esta taxa para o valor mínimo. -----

Contrariamente ao Partido Socialista e a todas as forças políticas que concorreram ao último ato eleitoral, em vez de baixar a taxa ao mínimo apenas reduziu mais um pouquinho. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

De acordo com a teoria do copo meio cheio ou meio vazio poderá ser interpretado como uma grande descida pelo Sim Acredita, mas pela parte do PSD será considerada como "muito pouquinho".-----

Lembramos, complementarmente, que o Governo aumentou as transferências para o Município, que as receitas cobradas e a receita dos impostos aumentaram.-----

Contrariamente, empresas e famílias continuam sobrecarregadas e não são compensadas com alívio da carga fiscal na proporção que é possível. -----

Não compreendemos como consegue o PS esquecer a coerência de muitos anos sobre os impostos municipais. Lembramos os felgueirenses das promessas do Partido Socialista e do Sim Acredita e vamos continuar a pressionar para que cumpram e que coloquem a taxa do IMI no mínimo. -----

Lembramos as palavras do Sr. Presidente, na 2ª reunião deste órgão, que lamentou não poder colocar a taxa do IMI no mínimo devido à situação financeira do Município, mas que logo que melhorasse poderia fazê-lo. Verificou-se que as contas estavam excelentes, as receitas municipais continuam a aumentar e, afinal, o IMI vai descendo um pouquinho até chegar à taxa mínima em ano de eleições. Em ano de eleições, se a taxa for a mínima, toda a gente ficará satisfeita. No entanto, é bom que os felgueirenses saibam desde já que havia folga para descer para a taxa mínima desde o 1.º ano do corrente mandato. Tratou-se de uma opção política de voracidade em arrecadar o máximo possível de receita num imposto cuja arrecadação de receita está sempre a aumentar e que é bastante superior a 4 milhões de euros."-----

----- **16 - Proposta de Documentos Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020** – O Senhor Presidente deu nota de que o Executivo continua a

trabalhar de forma afincada para conseguir trazer cada vez mais apoios a todas as famílias, às empresas, às associações, ao desporto e pensando cada vez mais em Felgueiras e nos Felgueirenses. O Executivo voltou a reduzir o IMI, que é um sinal claro do que é o objetivo do Executivo, em coerência com aquilo que sempre afirmaram. Continuar a valorizar o que são os recursos humanos. Uma aposta forte também na área do planeamento e urbanismo, tentando ser cada vez mais céleres na decisão em termos de processos de licenciamento e a questão do Plano do Diretor Municipal que se prende também com a necessidade de o resolver definitivamente ao fim de vinte e cinco anos. E de forma clara e inequívoca, como já afirmou, uma aposta concreta, clara e bem objetiva





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

patente no orçamento, de uma aposta enorme no saneamento, que será feito e que será planeado para uma década, criando o plano 2030 para a rede de saneamento, onde o investimento será feito de forma gradual, não pondo em causa o que é a sustentabilidade do Município, sendo sério com a população para que possa acontecer gradualmente e chegar a todas as freguesias dentro do prazo estabelecido, que será antecipado por uma década mas que poderá ser mais rápido. Dependendo das reivindicações que estão a promover junto do Governo no sentido de criar linhas de financiamento específicas para essa matéria e poder assim dar aquilo que é básico às pessoas. Mas é uma preocupação e sempre foi a dos Felgueirenses, mas têm de ser sérios e honestos com os Felgueirenses. Isto não se consegue fazer de um dia para outro, não se consegue fazer em dois anos, não se consegue fazer em três, demora mais tempo. É um investimento que também é importante para o Plano Diretor Municipal, porque obriga a que existam as infraestruturas e uma programação. É um investimento que pode rondar vinte milhões de euros para se chegar à maior parte do concelho, não à totalidade. Entendeu o Executivo que deve ser uma aposta clara e que o fará. Sobre a questão das perdas da água e que foi apresentada uma candidatura de cerca de um milhão e trezentos mil euros, para que possa fazer. Somos dos concelhos que temos maiores perdas de água na ordem dos 56% e temos obrigatoriamente que reduzir isso. Porquê? Porque as entidades reguladoras irão no futuro obrigar a que essa descompensação seja aplicada na fatura da água. E é isso que o Executivo não quer para os Municípios e é isso que o Executivo quer antecipar e reduzir para o mínimo o que são as perdas da água. O Executivo fará um esforço nestas duas matérias que são básicas, mas de uma extrema importância para o concelho e nenhum de nós pode ficar indiferente a isso e ao que está patente no orçamento.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que o Senhor Presidente falou de uma matéria que efetivamente é importante e que concordam, a questão do ambiente e do saneamento. -----

Só que a ideia que têm é, e não vai dizer que não foi feito um metro de saneamento nos últimos dois anos, que não tenha sido planeado antes, mas se calhar um quilómetro. Mas independentemente disso perguntou o seguinte:-----

Faz muito bem em definir a questão do saneamento como prioritária, mas falou em vinte milhões. Já ouviu em reunião de Câmara falar-se em quarenta. Quarenta que lhe parece que é o valor, só que também compreende para a água e saneamento deve estar às





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

taxas quase plenas, dentro do que é exigível. De qualquer das formas, percebe que serão vinte milhões para as maiores prioridades, para os maiores aglomerados. Há a questão económica e financeira dos investimentos e daí tudo bem.-----

Mesmo assim são vinte milhões, e o senhor Presidente disse duas coisas em momentos diferentes. Uma, que esteve na reunião da CIM em que estiveram a falar dos próximos investimentos, do próximo quadro. -----

----- O Senhor Presidente disse que foi à CIM. Os documentos que lá se iam tratar são sobre essa matéria. Entretanto, a reunião foi adiada para a parte de tarde porque outros colegas, tal como nós, tiveram reunião de Câmara.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que o que lhe queria perguntar era fácil de responder. O que o Senhor Presidente está à espera, eventualmente, é de financiamentos comunitários para resolver o problema do ambiente ou como disse uma linha de financiamento do Governo especial ou específica para fazer investimentos na área do saneamento? Porque é diferente. Todos nós sabemos que todo e qualquer dinheiro vem da União Europeia o Município só contribui com uma parte. E esse investimento que deveria ter sido feito, não há oito anos ou dez, mas há vinte. E mais, quando o Executivo era Socialista e havia muitos financiamentos comunitários para o saneamento, nós agora sabemos que neste quadro já teve poucos e o seu receio é que no próximo possa haver menos, daí esteja a equacionar recorrer a uma linha de financiamento para resolver o problema, por iniciativa do Município, porque se estiver à espera do financiamento vai ser difícil conseguir. Ou de acordo com as informações que tem também poderemos ir por essa via?-----

----- O Senhor Presidente referiu que o Senhor Vereador bate constantemente no Partido Socialista, mas como não, está do ponto de vista formal do partido, ninguém para se poder defender, tem essa obrigatoriedade enquanto parceiro de coligação, de lembrar que o quadro comunitário atual e em vigor foi negociado por um Governo Social Democrata. Definiu as prioridades para aquilo que seria um quadro comunitário.-----
Precisamos de facto de suporte financeiro para fazer este investimento, porque só se consegue fazer mais depressa do que está previsto, se houver financiamento, seja ele da Comunidade Europeia, seja uma medida adicional do Governo, seja ele até, não se põe de parte, não uma concessão, mas a contração de um empréstimo na banca para fazer esse investimento no saneamento.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que já se começa a ver que vai ser difícil o financiamento comunitário para esta área. -----

----- O Senhor Presidente referiu que o que sabe e o que se tem debatido junto dos membros do Governo é que existem metas para a União Europeia relativamente à cobertura de água e de saneamento em toda a comunidade europeia. E os prazos que estão em cima da mesa, salvo erro 2023, que terá que haver uma cobertura muito próxima dos 90%. Será praticamente impossível de concretizar do ponto de vista natural e normal sem haver este tipo de instrumentos. Ou seja, o próprio Estado Português terá de ser penalizado se não se criar algum tipo de instrumento que possa permitir apoiar os municípios que estão mais debilitados. Mas, de facto, este é um investimento que já devia ter acontecido. Seja com que Executivo for já deveria ter acontecido ao longo destes anos todos. O que acontece é que chegamos a 2017 e ele não existia. E é isto que estamos a consolidar daquilo que precisamos, porque quando se discute isto no âmbito regional ou local temos um paradigma se calhar equivalente, mas quando vamos para outros patamares já temos municípios que não só já têm cobertura total, mas já querem financiamento para a renovação das redes existentes. Parece que temos de combater que se estejam a financiar aqueles que já têm e que querem renovar. -----

Para nós é fundamental que haja uma oportunidade de se poder financiar este tipo de investimentos. A concessão será o último dos cenários a considerar. -----

Temos de tomar medidas de forma objetiva e que vão de encontro às necessidades do concelho, de forma séria, que não se esteja a prometer aquilo que não se pode cumprir. Porque não vamos conseguir de um momento para outro cobrir todo o concelho e que não ponham em causa também o equilíbrio das contas do Município. Todo este exercício tem de ser feito, tem de ser planeado e tem de ser posto em prática nos próximos anos que é de facto algo extremamente importante, não só para Felgueiras mas também para a região, mas temos de nos focar no que é importante para aqui que é o nosso concelho.

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que o Senhor Presidente faz bem em não querer a concessão uma vez que em agosto de 2009 o anterior Presidente assinou um protocolo de concessão com as Águas do Noroeste e a principal preocupação da Câmara Municipal foi reverter para que não ficassemos na mão de uma concessão. Acha que o Senhor Presidente pensa bem deixar isso da última das últimas possibilidades e se não houver mais nenhuma porque senão quem vai pagar a fatura vão ser os munícipes.





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

----- O Senhor Presidente deu nota que independentemente do horizonte temporal e das pessoas que passaram à frente dos destinos deste Município, que existia um acordo, um contrato de concessão com algumas ligações que ainda hoje estão por fazer e que têm de ser reivindicadas junto da entidade que tinha a concessão em alta. Tudo isso serão fatores importantes para o desenvolvimento do plano 2030. Acionaremos todos os meios que estejam ao nosso alcance e disponibilidade para poder cobrir o concelho quase na totalidade com rede de saneamento. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que o Senhor Presidente falou na questão do saneamento e teve a impressão que disse que estava um valor muito significativo inscrito em orçamento para esta matéria. Confessou que não se apercebeu desse valor e perguntou qual era o valor? -----

----- O Senhor Presidente respondeu que andarà muito perto dos dois milhões de euros. -

----- O Senhor Vereador João Sousa perguntou qual o reforço de verbas que está previsto para as Juntas de Freguesia, para o associativismo cultural, social e desportivo e obviamente qual o valor de apoios às famílias, às crianças e aos idosos? Qual o valor que se prevê da transferência de competências? -----

A nível de investimento não conseguiram ver os investimentos em sintéticos, e perguntam porque o Senhor Presidente falou disso em Torrados e se já foi considerado o do Estádio Machado Matos. -----

Na zona desportiva municipal, que está carenciada de investimentos, se está previsto algum investimento e em que áreas? -----

De facto, foi deixado um projeto de revitalização de algumas zonas da Piscina Municipal, que precisam, principalmente, de resolução de problemas, de expansão da mesma e, já mais difícil, de dar-lhe uma outra dimensão competitiva através de construção. Esta última não questionou mas se está previsto algum investimento, porque a piscina é um equipamento que gasta muito e é seguramente o equipamento por onde passam mais Felgueirenses e acha que merece uma atenção especial. Se está previsto algum investimento, uma vez que foi apresentado o projeto? -----

----- A Senhora Vereadora Adelina Silva referiu que a estrutura do orçamento e das grandes opções do plano foi alterada. Solicitou explicação da essência da alteração, ou seja, qual é a estratégia em termos teóricos que levou o Senhor Presidente a escolher os sete vetores? -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Relativamente ao ambiente e como disse o Senhor Presidente que é uma área mais prioritária, que tem o plano 2030, mas de facto do que viu só encontrou novecentos e sessenta e dois mil euros inscritos no orçamento para 2020. Com um orçamento de quarenta e oito milhões gostaria de perceber se realmente esta aposta é tão significativa na parte operacional como é na parte teórica? -----

Na parte das receitas correntes tem uma verba inscrita em "outras receitas correntes" e que aumenta cerca de 125%. Gostaria de perceber que receitas são estas, se poderiam especificar? -----

Também na parte das receitas, nas receitas de capital, nos passivos de financiamento há um aumento percentual e gostaria de perceber que receitas são aquelas e se poderiam especificar? -----

Nas despesas correntes existe também uma rubrica de "outras despesas" que tem uma variação positiva de 72%, que não estão especificadas e solicitou informação sobre o que está incluído. -----

Nas despesas de capital, nos passivos financeiros está um valor inscrito de um milhão de euros e também gostaria de saber a que diz respeito. -----

Por último, o orçamento apresenta um quadro plurianual, apresentando valores para 2020, 2021, 2022 e 2023. Solicitou esclarecimentos relativamente aos montantes em cada um dos respetivos anos, uma vez que para alguns anos são vinculativos. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu algumas considerações e começou da seguinte forma: -----

Todos os Planos e Orçamentos das Câmaras Municipais resultam, em primeiro lugar, das opções políticas que o Senhor Presidente da Câmara e os seus colegas, entendem para o Município para o ano seguinte. Dessas opções políticas, normalmente, para não dizer sempre, existem condicionalismos, nomeadamente a questão financeira. Não basta ter ideias, não basta ter propostas, não basta ter opções diferentes ou simplesmente opções. É preciso que haja dinheiro. E é aqui que entra a mais valia que pode existir num documento desta natureza. É saber se o Executivo que propõe um Plano e Orçamento de acordo com as condicionantes que prevê, as condicionantes financeiras, faz propostas que sejam realistas, úteis, inovadoras e que sejam efetivamente benéficas para o respetivo Município. Posto isto, o que é que se constata com este Plano e Orçamento? -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Primeiro – Há um aumento substancial. O Plano e Orçamento para 2019 contemplava aproximadamente quarenta e dois milhos de euros, cuja sua execução só em abril em reunião de Executivo saberemos a sua real execução e esta proposta, em concreto, para 2020 prevê quarenta e oito milhões. Ou seja, aquilo que o Executivo está a dizer é que para o ano 2020 prevê-se gastar mais seis milhões do que aquilo que se gastou ou se previa gastar no ano atual. Para isso o que é que acontece? Se há uma proposta, se há um aumento, alguma coisa tem de existir de diferente. Há uma que salta aos olhos e que mexe com aquilo que realmente o Município pode optar. Que é exatamente a questão fiscal, a questão dos impostos. Não é a mais importante no orçamento, mas há uma fatia substancial no orçamento. E verifica-se que para este aumento de seis milhões o Município prevê um aumento de impostos de meio milhão de euros.-----
Em segundo lugar - Quando olhamos para as despesas aquilo que vem, para não ser muito minucioso e ser mais genérico para ter uma perspetiva diferente, é olhar para a rubrica com as despesas de pessoal e ver cerca de um milhão de euros a mais. Ou seja, é legítimo que qualquer cidadão que veja que há um aumento no orçamento de seis milhões, há um aumento previsto pela receita a cobrar de meio milhão e há uma despesa com os custos do pessoal de um milhão. Há uma despesa maior com o pessoal mas em contrapartida espera-se que os fornecimentos de serviços externos baixem. E que vamos ver efetivamente, eles não baixam, eles aumentam. Ou seja, aumento no orçamento, aumento da receita via impostos, aumento com despesas com pessoal numa porporção do dobro dos impostos arrecadados a mais e ainda um agravamento dos serviços adquiridos externamente pelo Município. À primeira vista isto é preocupante. Isto é um caminho e os números é que dizem, é que falam. Isto, se efetivamente se concretizar, está a encaminhar o Município para um desequilíbrio grave. Esta situação já não é nova. --
O Senhor Presidente na sua mensagem diz uma coisa que já disse várias vezes. "Os Felgueirenses acreditaram que era possível devolver a glória de outros tempos". Isto fá-lo pensar muitas vezes. É que os outros tempos tiveram várias velocidades, e nem todas as velocidades foram as mesmas. E nem todas as distâncias desses tempos foram iguais. Houve umas mais longas e outras mais curtas. É evidente que a memória das pessoas tem tendência a recordar as mais recentes. Mas é preciso que também se avivem as memórias das mais antigas. Porquê? Porque quem lê uma mensagem destas diz assim: Felgueiras já viveu num paraíso, mas nos últimos anos foi um colapso. E não gosta disto,





CÁMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

tem o direito. Porque acima de tudo também se esqueceu ou também se esquecem que o tal período curto do momento de menos glória foram momentos que se calhar só eram possíveis para alguns. Porque foram momentos de contenção, de condicionantes e aí é que gostava de ver algumas glórias no passado, para ver como se ultrapassam esses momentos. -----

Sobre a questão dos impostos o Senhor Presidente disse na sua mensagem, página 1 – “Com um orçamento, capaz de projetar o nosso concelho, ajustado às receitas do Município e cumpridores das regras do POCAL, continuaremos conforme prometemos aos Felgueirenses a redução progressiva dos impostos”. E a seguir diz assim: “Voltamos a reduzir o IMI para que no final do mandato o fixemos no valor mínimo definido por lei”. Isto pode colar nos jornais, no *facebook*, na opinião pública generalizada. Aquela que é mais atenta é capaz de pegar nisto e dizer-lhe assim: o Senhor Presidente, o que é que entende por impostos? O IMI, o IRS não é um imposto? A derrama não é um imposto? Onde é que o Senhor Presidente tem a legitimidade política para voltar a dizer, redução progressiva dos impostos. Não era melhor dizer redução progressiva do IMI? Que é o que o Senhor Presidente está a fazer. Porque na derrama e no IRS não mexeu, nas taxas. Onde é que está a redução dos impostos? Estamos a falar de taxas. Quanto à taxa do IRS e à taxa da derrama estamos falados. As glórias do passado continuam a ser as suas glórias, mantêm-se.-----

Já quanto ao IMI o Senhor Presidente está a reduzir o que outros aumentaram. É com esta proporção da redução do IMI que vai atrair e fixar as pessoas em Felgueiras? É com esta proporção da redução do IMI que está a beneficiar as pessoas? Por acaso comparou o seu IMI de um ano para outro e qual era a diferença? Quarenta e um cêntimos. Não acha Senhor Presidente que isto é enganar as pessoas? Não acha Senhor Presidente que está a cumprir uma promessa, reduzir a taxa do IMI. Mais, o Senhor Presidente diz, redução progressiva dos impostos. Não, o Senhor Presidente só está a reduzir progressivamente a taxa do IMI. Porque os impostos, como já disse, só aumentam meio milhão de euros. O Senhor Presidente não acha que está na hora de corrigir o discurso para não se enganarem as pessoas?-----

As pessoas, na maior parte dos casos, estão desatentas relativamente a isto. Mas há uma coisa que passa para a opinião pública “isto agora com este Executivo até os impostos baixam”. O anterior até os aumentou. É esta a ideia que passa e a responsabilidade é do





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Senhor Presidente. Porque o Senhor Presidente está a induzir na opinião pública um erro grave. Na nossa discussão aqui não está em causa a arrecadação dos impostos. Aliás o Senhor Vereador João Sousa disse que não está em causa a receita cobrada porque é precisa para fazer face às despesas do Município. Não é dizer às pessoas que querem reduzir progressivamente os impostos e efetivamente está a aumentar os impostos e os anteriores é que aumentaram os impostos. Isto não cabe na cabeça de ninguém. Sabe que não é fácil transmitir isto para a opinião pública. Mas não cala a sua voz enquanto isso acontecer, porque não acha correto. O Senhor Presidente cobre os impostos que quiser, cobre as taxas que quiser, aplique-as da melhor maneira. Todos nós seremos solidários com o senhor Presidente se forem bem aplicadas. Com opções diferentes por isso é que existe a democracia. Faça-o, mas não engane as pessoas, porque não há necessidade de as enganar. -----

A questão dos orçamentos e do destino dos orçamentos em função daquilo que são as receitas que todos os municípios procuram arrecadar. Quem está à frente da gestão do Município, como de qualquer instituição, para fazer face aos seus sonhos, fazer face às suas ambições, às suas opções e à satisfação das necessidades das pessoas, precisam de dinheiro. Ora, o dinheiro vem de onde? Entre várias questões, vem dos impostos para os municípios. -----

No âmbito da aplicação, onde está o aumento substancial relativamente ao apoio às famílias, ao apoio às instituições. Há alguma diferença? No orçamento, onde está previsto o aumento para as famílias. Onde é que, em concreto, a taxa do IRS, com mais duzentos mil euros, qual é a percentagem para o apoio às famílias? Se está a aumentar ou se está a diminuir? Porque o orçamento é bom naquilo que aplica, aumenta-se a receita, aumenta-se o volume e temos de ver para onde é que ele vai. -----

Diz na derrama, uma novidade comparativamente com o ano passado, que acrescenta o saneamento. É legítimo que ponha lá o saneamento, que é urgente que seja resolvido. É preciso cerca de quarenta e oito milhões de euros para termos o problema do saneamento acima dos 90%. É um esforço enorme e onde se vai buscar o financiamento? Vem do Estado, da comunidade europeia através dos seus programas, é dinheiro do próprio município, é dinheiro do financiamento, não se sabe... Mas para se justificar a aplicação de uma derrama, que é uma pipa de massa, sabe-se dizer lá que é para saneamento. O Senhor Presidente não acha que isto é ligeireza no tratamento da





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

cobrança dos impostos às pessoas? Porque não está em causa a cobrança da derrama. Não somos contra. Sejam coerentes com isto. -----

Na segunda reunião de Câmara, na Ata está escrito na página 15, em que se diz: "Ponto 6 – Proposta de Derrama – Taxa a aplicar no ano 2018 – O Senhor Presidente reafirmou o que já havia dito, que a Coligação SIM ACREDITA irá apoiar as empresas. Lamenta desde já não poder baixar a taxa. Mas os dados atuais não o permitem.". Ou seja, a Câmara Municipal estava falida, havia muitos constrangimentos. Foi o Senhor Presidente que disse. É que na altura haviam constrangimentos e agora continuam, só que são de outra ordem. E a seguir o Ponto 7 diz: "Proposta – Participação variável no IRS – O Senhor Presidente reiterou o que disse anteriormente. Não há contradição com as promessas eleitorais. Mas face às dúvidas sobre a situação financeira da autarquia, atentos os indicadores disponíveis e tendo em conta a necessidade de não onerar mais os munícipes, mantêm-se as taxas, e logo que possível a Coligação SIM ACREDITA apresentará propostas para a sua redução". Aqui ainda é mais claro.-----

Não está em causa a questão da redução ou não das taxas. Está em causa a coerência do discurso do Senhor Presidente. Assuma claramente que os impostos não são para baixar. E o IMI que vai baixar é insignificante. Isto é que é a realidade. Até porque, em termos de taxa do IMI baixa, mas os impostos na sua globalidade aumentam. E, portanto ,não há redução de impostos, há aumento de impostos. Isto é que é a verdade dos factos. Isto é o que está vertido no Plano e Orçamento.-----

Desejou ao Senhor Presidente boa sorte nesta execução, mas fez um apelo - seja mais claro, seja mais coerente e não ponha em causa aquilo que é a sua estratégia, que é os impostos são necessários para fazer as obras.-----

----- O Senhor Presidente respondeu às perguntas de forma genérica, não querendo fugir às questões. -----

Pegando nas palavras do Senhor Vereador Joaquim Ribeiro, que defendeu com legitimidade a sua posição, pintando o quadro conforme o vê, conforme o entende que o deve fazer, não pondo isso em causa, mas pediu-lhe, porque é homem de números, com propriedade que o ajudasse, até porque não tem esse conhecimento técnico, que lhe perguntasse. Este Executivo aumentou algum imposto? Ou diminuiu? Diminuiu.-----

A derrama, existia em 2009? Quem a colocou? Pessoas que fazem parte da Oposição. O que aumentou foi a receita. Aumentamos alguma taxa, ou diminuímos? Diminuímos. Isso





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

é inequívoco. E o resultado final é simples: é que de facto mesmo diminuindo conseguimos obter mais receita. -----

Falou no IRS e há coisas que não se podem esquecer. Porque de facto se às vezes dá jeito falar no Partido Socialista, noutras não dá. A receita do IRS muitas vezes tem a ver também com as atualizações salariais. E muitas vezes concretamente indo ao salário mínimo foi o Governo Socialista que aumentou o salário mínimo nos últimos anos. Não está a baixar nem está a aumentar, reflete-se na receita. A receita final tem a ver com a conjuntura. Também tem a ver a receita e com a celeridade e a capacidade, e aí nós sim Executivo, com já referiu, imprimimos em processos de licenciamento, aumentamos a receita. Se não houver construção não há mais IMI. -----

De forma global, o que pretende transmitir é clarificá-lo e que não esteja a vender a ideia que este Executivo é que aumentou impostos. O Executivo com a capacidade que tem, e fruto da conjuntura, também nacional, conseguiu arrecadar mais receita.-----

O que o Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu e que está vertido em Ata, mantém exatamente igual. Porque o que disse na altura seriam as medidas que iam tomar tendo em conta que havia matérias que tinham de ser vistas. Há matérias que hoje consegue justificar. Consegue justificar que tem de manter a derrama porque não pode chegar a uma zona industrial e não ter condições em termos de infraestruturas para instalar empresas e precisa de utilizar a receita da derrama e reinvesti-la. Consegue justificar porque que o concelho tem necessidades em termos de cobertura de saneamento e que não existe, e que é preciso reinvestir e o Executivo vai fazê-lo. -----

A dinâmica que o Município tem neste momento, sem aumentar taxas, pelo contrário, diminuindo-as, permite ter à Câmara Municipal receitas superiores e ter capacidade para poder pôr em prática as obras que estão em curso. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu que o Senhor Presidente não está a ser verdadeiro na análise, que faz e procura confundir a interpretação, uma vez que o que referiu foi na perspetiva do Senhor Presidente não exagerar em algumas afirmações que faz. Há situações em que mais vale não haver pronuncia em termos populistas. Está há dois anos no poder e ainda está a beneficiar de um período que é normal de quem chega pela primeira vez ao poder. Se não tiver algum cuidado, medido, as coisa podem não dar certo. Um coisa é a justificação das diferenças e as opções, outra coisa é em órgãos desta natureza, acredita que de forma não deliberada, não pode aceitar. Referiu-se a factos





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

concretos pelo que não aceita que se diga que esses factos não são o que são. O que reproduziu na íntegra são factos, não são interpretações. Se não aceita e não corrige, tem toda a legitimidade. Mas sobre o que afirmou não há qualquer dúvida. E ainda beneficia do facto da oposição, neste Município, não ser contra a cobrança de impostos, porque seria utopia. O que dizemos é que não há redução de impostos.-----

----- O Senhor Presidente concluiu referindo que têm pontos de vista completamente diferentes.-----

----- O Senhor Vereador A. Fernando Fernandes referiu que é diferente uma taxa e um imposto. Uma taxa pressupõe o pagamento de algo para obtenção de uma contrapartida e um imposto é unilateral. E fez-se confusão entre o que é uma taxa, um imposto e a receita cobrada de impostos. As taxas no seu conjunto houve uma redução, nem que fosse por via de uma. Pode existir no futuro outras taxas que possam a vir a ser reduzidas, nomeadamente na atualização de taxas e licenças do Município e essa redução até originava aumento da receita cobrada em impostos. O imposto não tem como contrapartida o benefício direto à pessoa.-----

----- O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro disse que quando se fala na questão dos impostos diz-se assim, arrecadação de impostos ou arrecadação de taxas?-----

----- O Senhor Vereador A. Fernando Fernandes sobre as questões colocadas pela Senhora Vereadora Adelina Silva referiu que, de facto, houve uma alteração da estrutura do orçamento e foram identificados sete vetores, que esses sete vetores quando subdivididos correspondem exatamente a cada um dos pelouros dos Vereadores que existem atualmente neste Município. De facto, esta estrutura é uma estrutura que tem a ver com uma estratégia de gestão mais articulada e mais próxima de cada um dos Vereadores naquilo que é o valor orçamentado para cada um dos pelouros e perceber de ano para ano que valor dos pelouros pode vir a ser aumentado ou pode vir a diminuir. Coisa que nos anteriores orçamentos que vigoraram neste Município não era possível de uma forma direta, porque tínhamos três componentes; as despesas gerais, o PAM e o PPI. Muitas vezes era preciso somar estas três componentes para perceber qual era o valor gasto em cada uma das áreas com a agravante de termos rubricas que eram genéricas. Isto é, qualquer um dos pelouros poderia recorrer a essas rubricas e gastar o dinheiro para os seus pelouros e isso acabava por não estar refletivo efetivamente no orçamento. Esta questão poderia ser contornada se tivéssemos uma contabilidade de





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

gestão implementada, que não temos. Está a ser implementada e em princípio em 1 de janeiro de 2020 estará a funcionar e depois toda esta desagregação e detalhe será também obtido por aí, na fase posterior de prestação de contas. -----

Relativamente ao ambiente diz que encontrou um valor residual. O valor residual tinha um objetivo que está no vetor dedicado ao ambiente, que tem outras componentes e é superior a quatro milhões de euros. Saneamento é cerca de um milhão setecentos e cinquenta mil euros, entre o que está definido e não definido. -----

Existem alguns ajustamentos entre aquilo que é as despesas de capital e as despesas correntes e tem muito a ver com esta reorganização. Havia coisa que estavam consideradas em algumas rubricas e agora ficaram a ser consideradas juntas. Despesas correntes não especificadas que aumentam em 72%, tem a ver com alguns valores que são devolvidos a outras pessoas e também se incluem aqui as indemnizações. E só para indemnizações para 2020 temos previstos um valor de cento e oitenta e cinco mil euros, que é o valor que nos foi aplicado em sede de sentença no caso de pagamento de honorários a advogados do processo *saco azul*. Esse valor já está previsto para 2020 e entra precisamente nesta rubrica de que a Senhora Vereadora falou. -----

Relativamente às despesas de capital, que tem passivos financeiros de cerca de um milhão de euros, tem a ver com a linha BEI de empréstimos que já estão aceites e aprovados e contratualizados e que serão disponibilizados no ano de 2020. Portanto estão a ser reconhecidos aí. -----

Relativamente ao quadro plurianual e como se explica este valor? Tem a ver com a evolução, para 2021 prevemos um aumento significativo para cinquenta e quatro milhões de euros e tem muito a ver com a execução de algumas obras que irão transitar para anos seguintes e também para 2021, este plurianual não é vinculativo. Só é vinculativo para aquilo que está previsto na lei no próprio ano do exercício, neste caso será o ano de 2020. -----

Relativamente ao que o Dr. Joaquim disse, há um aumento claro do orçamento de quarenta e dois milhões para quarenta e oito milhões e isto também se deve muito ao facto da descentralização de competências na área da saúde e na área da educação. Vamos assumir as despesas mas também em contrapartida temos receitas superiores a três milhões de euros e que estão aqui refletidas. -----

O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro falou que há um aumento de impostos. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Disse receita de impostos, como gosta de dizer, de meio milhão de euros e que corresponde à verdade. -----

Também disse o Senhor Vereador Joaquim Ribeiro que esse meio milhão não chegaria para assumir a parte do aumento de despesas com pessoal que é cerca de um milhão de euros. Este milhão de euros aqui dizer-lhe que grande parte ou se calhar a totalidade é assegurado pelas transferências da descentralização de competências. Este custo não é um custo direto para o Município e acaba de ser indireto, por via da responsabilidade que assumimos da transferência de competências.-----

Os fornecimentos de serviços externos e quando o Executivo assumiu a transferência de competências, também assumiu todos os fornecimentos de serviços externos e que estão inerentes a essas duas áreas e que também provocam o aumento destas rubricas. Portanto, pessoal, conservação de edifícios, manutenção de viaturas, pagamento de rendas, tudo aqui é considerado.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa, por ter ficado com dúvidas, perguntou que uma questão é referente aos três milhões que a Câmara Municipal recebe é para pagamento de salários de pessoal e que mais? Sobre esta matéria formulará nova questão mais em pormenor, posteriormente. -----

Quanto aos cento e oitenta e cinco mil euros é pagamento de honorários é para uma sentença ou para todos os casos? E qual o valor que está em causa? Será à volta de meio milhão de euros? -----

----- O Senhor Presidente respondeu que se calhar ultrapassa.-----

----- O Senhor Vereador João Sousa perguntou relativamente ao caso Higinio se também estão feitas as contingências e em que valor? -----

----- O Senhor Vereador A. Fernando Fernandes respondeu que está assegurado cerca de um milhão. -----

----- O Senhor Presidente referiu que o Dr. Marques de Carvalho mandou indicação daquilo que supostamente acharia que seria suficiente se eventualmente a Câmara Municipal fosse condenada a pagar. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que ficaram com algumas dúvidas porque o orçamento em algumas partes é difícil de ver os investimentos e podem não ter visto e estarem enganados. Gostavam de perceber ao nível das freguesias, do associativismo cultural, social e desportivo do apoio às famílias quais os valores e os aumentos?-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Perceberam da mensagem do Senhor Presidente que ela é quase igual à do ano passado, mas que caíram algumas coisas. E deu um bónus para ver se o Senhor Presidente dizia quais foram as que caíram. Não fala por exemplo no Tribunal, não fala na ferrovia, não fala na EM 564, não fala na integração de Felgueiras na iniciativa governamental Portugal Ciclável 2030. Perguntaram é se estes projetos caíram ou se já estão concluídos?-----

----- O Senhor Presidente disse que os projetos, a intenção de se avançar para obra e a concretização destas vontades mantêm-se de pé como todas as outras. Temos de ser realistas. Há coisas que no ano passado estávamos a contar acontecerem de imediato e que no horizonte temporal podem ser para já concretizadas. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa disse que por exemplo o Tribunal só para 2028 é que se via possibilidade de alguma execução. -----

----- O Senhor Presidente disse que as intenções mantêm-se as mesmas. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que relativamente à Variante de Cabeça de Porca não conseguem identificar o investimento para os próximos anos. É claro que a EM 564 sabem que não está pronta, aliás até ouviram falar que a obra foi "embargada" e que está parada. -----

Um outro equipamento que não conseguem ver as verbas é o Cemitério Municipal. Viram valores de trinta mil euros e sessenta e isso não dá para "arrancar uma árvore". -----

Relativamente ao saneamento consideram que é preciso um investimento muito maior, mas vão dar o benefício da dúvida ao que foi conversado nesta reunião sobre as necessidades de alavancar formas de dar um salto no saneamento, mas continuam a achar que neste orçamento precisavam de sentir uma visão de estratégica para o futuro, melhor delineada e afirmada. Consideram um erro o facto do Parque da Cidade que já deram a volta ao texto e tem o Parque Verde lá em cima e não abandonam de fazer o Parque da Cidade. Na ótica dos Vereadores do PSD com a regeneração urbana que está a ser feita e que foi planeada com alguns objetivos e com a necessidade da recuperação da rede viária que também acham que é uma pecha, mas que antes havia um plano de expansão da rede viária e agora não tem crescido de acordo com as necessidades e começam a ver que algumas estradas estruturais começam a precisar de intervenção. Mas, em particular, o Parque da Cidade que consideram que deveria ser uma forma de corrigir, ajudar a corrigir, naturalmente, os erros urbanísticos que foram cometidos no passado, numa gestão qualquer do Executivo Municipal e ajudar a tratar o centro da





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

cidade e da zona escolar e da zona desportiva, consideram muito importante este Parque da Cidade e que deveria ser alavancado à volta dele todo o desenvolvimento da cidade no futuro. Se por um lado reconhecem que uma proposta que fizeram relativamente aos transportes fruto da medida do Governo e da intervenção da CIM ainda foram mais longe daquilo que propuseram. Entenderam fazer uma proposta razoável em duas áreas e que deveria ser propor só por propor. Relativamente aos manuais escolares acham que este Executivo deu um passo atrás e hoje em dia era muito importante funcionar como complementaridade ao Ministério da Educação porque o valor não é muito significativo porque praticamente ficam livres de fichas para reduzir e vão continuar a insistir nesta questão - um livro de fichas por compartilhar por cada disciplina. Vão continuar a bater nesta tecla porque acham que ajudaria muito as famílias e a orgânica de funcionamento das escolas. -----

Há um outro aspeto que também é muito importante, apesar do Dr. Joaquim ter falado nela, acrescentou que há muitas aquisições de serviços, aquilo que vulgarmente designam como avenças ou prestação de serviços e que consideram redundantes. Porque nos serviços municipais, entendem que há capacidade de resposta suficiente. Da parte dos Vereadores do PSD haviam algumas áreas em que se sentiam mais confortáveis, por exemplo da parte jurídica, se tivessem mais intervenção na preparação das propostas e na garantia de que todas estavam em condições de análise. -----

Terminou, voltando a salientar aquilo que disseram aquando do orçamento da ACLEM. Não se justifica a manutenção do atual contrato-programa e deveria ser celebrado um novo contrato-programa com a ACLEM, pelas razões que referiram no ponto e acima de tudo que já passou muito tempo da forma como ele foi pensado já não se justifica. -----

----- O Senhor Presidente referiu que o que foi assumido no orçamento são as obras que estavam previstas o que Executivo irá apostar nelas. A parte do ambiente será para o Executivo uma prioridade e continuar o reforço na aposta na educação. No ambiente o saneamento será uma aposta clara, refletida já no orçamento. A questão dos espaços verdes será uma realidade não só aquilo que tem a ver com as centralidades mas que o Executivo pretende, ao longo destes anos, que possa a vir a acontecer em todas as freguesias. Caminharemos nesse sentido e que a qualidade de vida chegue a todos na proporção como os parques infantis na proporção certa para que todos possam ter acesso a espaços de lazer não longe da sua casa. A centralidade do parque urbano nunca está





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

fora de hipótese, tem as contingências que tem. Há de sempre haver uma questão que tem a ver com a propriedade dos terrenos e a sua negociação. Noutros tempos seria mais fácil, até porque uma das pessoas que tem uma grande propriedade era Vereador do anterior Executivo e, se calhar, teria aligeirado e facilitado. Nesse sentido, o Executivo está a encetar essas negociações para que isso possa acontecer para ser uma realidade. Se não for, assumir de forma clara se não houver essa intenção comercial não vamos deixar por mãos alheias a realização do parque e usaremos os meios que estiverem ao nosso alcance para que isso possa vir a acontecer. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa referiu que ficaram muitas perguntas por responder, nomeadamente a questão de verbas para as Juntas de freguesia, para as famílias, para as instituições se haviam aumentos. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que no mínimo mantêm-se, com tendência para subir. O apoio às Juntas de Freguesias tem sido constante e de forma clara. É o maior apoio de sempre às Juntas de Freguesia e ninguém o pode negar. -----

Deliberação - A Câmara Municipal deliberou aprovar os Documentos Previsionais - Opções do Plano e Orçamento para 2020 e remeter os documentos à Assembleia Municipal para o mesmo fim. Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro votos contra dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva. -----

----- O Senhor Vereador João Sousa prestou a seguinte declaração de voto: -----

----- "Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos e como todos sabemos qualquer proposta de orçamento municipal para cada ano em causa pressupõe dois pilares fundamentais: Por um lado, as opções políticas de cada Executivo para cada ano e, por outro lado, as condicionantes financeiras. Porque, se por um lado se pretende satisfazer o maior número de necessidades da população, por outro os recursos financeiros são escassos. E por isso é que as opções de cada executivo são relevantes para que se possa avaliar da sua capacidade em ser realista e eficaz na sua concretização. -----

Aqui é importante dizer que quando o Sr. Presidente da Câmara diz na sua mensagem que "Os Felgueirenses acreditaram que era possível devolver a glória de outros tempos", os Felgueirenses quererão saber de que outros tempos o Sr. Presidente se quer referir porque esses tempos são muito longos e não muito curtos. É que desde o 25 de abril de 1974 o PS governou durante 35 anos com toda a "glória" que a história recordará e sem





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

qualquer saudade e o PSD governou durante 8 anos com todos os constrangimentos que também a história recordará como de extrema dificuldade para quem neles governou. É que durante estes 8 anos de governação do Município de felgueiras a situação do país quase na bancarrota provocada pelo PS obrigou a muita capacidade para os ultrapassar ao mesmo tempo que se equilibraram as contas do município, do qual o Sr. Presidente agora pode aproveitar para do tempo que tiver puder fazer alguma glória para bem dos felgueirenses. -----

Numa outra perspetiva, qualquer orçamento prevê receitas e prevê despesas, que dele podem fazer maior, menor ou aproximadamente igual. -----

Assim, este orçamento é maior porque aumenta cerca de 6 milhões de euros face ao do ano anterior. -----

Entre outras matérias mais ou menos pormenorizadas, verificam-se maiores receitas via impostos em cerca de meio milhão de euros para um aumento das despesas com o pessoal na ordem do milhão de euros ao mesmo tempo que as despesas com a prestação de serviços externos aumentam cerca de 2 milhões de euros. -----

Daqui resultam preocupações acrescidas porque aumentar os impostos para fazer face ao aumento das despesas com o pessoal que contrariamente ao que o Sr. Presidente tem afirmado não servem para reduzir a prestação de serviços externos, é um sinal claro do caminho que não deve ser seguido. As contas municipais dirão no futuro quão errado será este tipo de gestão. -----

Quanto aos impostos também é claro que o Sr. Presidente está a enganar os felgueirenses, porque também na sua mensagem diz "continuaremos, conforme prometemos as felgueirenses, a REDUÇÃO PROGRESSIVA DOS IMPOSTOS", para logo a seguir dizer que "Voltamos a reduzir o IMI, para que no final do mandato o fixemos no valor mínimo definido por lei." -----

Ora, o Sr. Presidente está a enganar os felgueirenses, porque confunde a redução da taxa do IMI, mantendo todas as outras, nomeadamente a Derrama e o IRS, de cujos valores totais aumentam em cerca de meio milhão de euros. O importante para os cidadãos que pagam impostos não são as alterações das taxas mas sim o valor global que lhes sai da carteira e este tem sido, durante os dois anos de mandato e para o próximo ano cada vez mais. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

É por isso, que não percebemos porque é que o Sr. Presidente insiste em afirmar que está e continuará a reduzir gradualmente os impostos ao felgueirenses porque isso é redondamente mentira. -----

A reforçar a tentativa do Sr. Presidente da Câmara em iludir os felgueirenses está a questão da redução da taxa do IMI. Em 2018 manteve a taxa do executivo anterior nos 0,325% alegando que não a podia baixar porque o Município de Felgueiras estava sem dinheiro. Passados dois anos podemos constatar que lhe foram entregues excelentes contas, que tudo não passou de uma encenação política para alarmar os felgueirenses. Mais ainda, só não baixa impostos porque não quer. As transferências do Governo aumentam, as receitas camarárias continuam a aumentar e arrecada cada vez mais impostos municipais. Agora que o Município se transformou numa máquina de arrecadar receitas dos munícipes e empresas estava na altura de aliviar este pesado fardo dos felgueirenses. Até porque o retorno na questão dos apoios sociais às famílias, às empresas e às instituições são infinitamente inferiores ao que é possível o Município, neste momento favorável, poder compensar. -----

Para 2019, o atual executivo reduziu a taxa do IMI de 0,325% para 0,320% ou seja 0,005% e para 2020 propõe o Sr. Presidente da Câmara uma redução para 0,310% ou seja 0,01%. -----

Então, estas reduções da taxa do IMI, com estas proporções é que representam redução progressiva de impostos? -----

Baixar o IMI nestas proporções é que servem para apoiar as famílias, incentivar a fixação das famílias em Felgueiras? -----

Esta redução da taxa do IMI, não representa redução de impostos porque os valores globais arrecadados são cada vez maiores e em valores individuais representam uma forma habilidosa de enganar que paga. -----

Todos sabemos que os executivos municipais responsáveis pela implementação de políticas locais para as poderem executar têm de ter receitas cuja legitimidade na arrecadação de impostos é de ter sempre em conta. O Sr. Presidente que utilize essa possibilidade como muito bem entender, agora não nos queira enganar dizendo que está a reduzir progressivamente os impostos quando na realidade os está a aumentar. Isso é, não poderemos aceitar porque não é essa a nossa missão enquanto fizermos parte deste





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

órgão. Assuma que necessita da cobrança de impostos aos felgueirenses e não que os está a reduzir aumentando-os.-----

Queremos também destacar alguns factos: do Orçamento de 2019 para o de 2020 há uma subida de mais de 6 milhões de euros e verifica-se: -----

- Aumento da Despesa Corrente:

- Custos com pessoal – aumentam 1 milhão de euros
- Aquisição bens e serviços – aumentam 2 milhões de euros (prestação de serviços incluídos)

- Diminuição das transferências:

- Correntes às Instituições e famílias – diminuem 863 mil euros
- De capital e correntes – diminuem 435 mil euros + 863 mil euros

- Aumento das Despesas de Capital:

- Aquisições de Bens – aumentam 4,5 milhões de euros

- Diminuição das Despesas de Capital:

- Transferências – diminuem 500 mil euros

Relativamente às **receitas** verificamos um aumento de:

- Impostos – 500 mil euros (Rubrica 1 e 2)
- Transferências correntes – 2 milhões e quinhentos mil euros (Rubrica 06)
- Outras – 1 milhão e quatrocentos mil euros (Rubrica 08)
- Transferências de Capital (empréstimos) – 1 milhão de euros (Rubrica 10)
- Passivos financeiros – 1 milhão de euros (Rubrica 12)

Orçamento Receita

Rubricas		2019	2020	variação	2021	Varição 21-20
1	Impostos Diretos	8,090,381.00 €	8,382,730.00 €	292,349.00 €		
2	Impostos indiretos	385,791.00 €	591,489.00 €	205,698.00 €		
4	Taxas, multas e outras penalidades	542,927.00 €	476,748.00 €	-66,179.00 €		
5	Rendimentos de Propriedade	1,077,651.00 €	1,056,845.00 €	-20,806.00 €		
6	Transferencias correntes	16,674,063.00 €	19,137,635.00 €	2,463,572.00 €		
7	Vendas bens e serviços correntes	6,536,057.00 €	6,554,133.00 €	18,076.00 €		
8	Outras receitas correntes	543,409.00 €	1,897,916.00 €	1,354,507.00 €		
9	Vendas bens de capital	17,833.00 €	0.00 €	-17,833.00 €		
10	Transferencias decapital	7,121,783.00 €	8,058,798.00 €	937,015.00 €		
11	Ativos financeiros	950,000.00 €	950,000.00 €	0.00 €		
12	Passivos financeiros	0.00 €	945,520.00 €	945,520.00 €		
13	Outras receitas capital	0.00 €	0.00 €	0.00 €		
Total		41,939,895.00 €	48,051,814.00 €	6,111,919.00 €		
Total real		41,940,002.00 €	48,033,150.17 €	6,093,148.17 €	54.798,814.49	6,765,664.32 €





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Orçamento Despesa

Rubricas		2019	2020	variação	2021	Varição 21-20
	Assembleia Municipal					
1	Despesas com pessoal	28,300.00 €	28,600.00 €	300.00 €		
2	Aq. Bens e serviços	6,750.00 €	8,900.00 €	2,150.00 €		
	Camara Municipal					
	Despesas correntes					
1	Despesas com pessoal	12,692,743.00 €	13,700,300.00 €	1,007,557.00 €		
2	Aq. Bens e serviços	11,885,909.00 €	13,767,040.00 €	1,881,131.00 €		
3	Juros e encargos	0.00 €	0.00 €	0.00 €		
4	Transferencias Correntes	4,055,294.00 €	3,192,039.00 €	-863,255.00 €		
5	Subsidios	840,000.00 €	840,000.00 €	0.00 €		
6	Outras despesas correntes	378,549.00 €	651,600.00 €	273,051.00 €		
	Despesas Capital					
7	Aq. Bens e serviços	9,602,301.00 €	13,923,680.00 €	4,321,379.00 €		
8	Transferencias capital	1,219,894.00 €	784,346.00 €	-435,548.00 €		
9	Ativos financeiros	0.00 €	2,638.00 €	2,638.00 €		
10	Passivos Financeiros	0.00 €	0.00 €	0.00 €		
11	outras despesas capital	0.00 €	0.00 €	0.00 €		
01.03	Operações Financeiras Despesas Correntes					
3	Juros e outros encargos	64,262.00 €	56,161.00 €	-8,101.00 €		
6	Outras despesas correntes	0.00 €	0.00 €	0.00 €		
	Despesas capital					
9	Ativos financeiros	86,806.00 €	43,403.00 €	-43,403.00 €		
10	Passivos Financeiros	1,067,171.00 €	1,033,229.00 €	-33,942.00 €		
Total		41,927,979.00 €	48,031,936.00 €	6,103,957.00 €		
Total real		41,940,002.00 €	48,033,150.17 €	6,093,148.17 €	54,798,814.49 €	6,765,664.32 €
		12,023.00 €	1,214.17 €	-10,808.83 €		

O atual Orçamento não apresenta novos investimentos, anuncia antigos como novos e abandona outros.-----

O investimento nas freguesias, com reforço exponencial das verbas desapareceu do discurso oficial do Presidente da Câmara assim como os apoios financeiros ao associativismo social, cultural e desportivo, às famílias, às crianças, aos mais carecidos e aos idosos. -----

Sobre a promessa de construção do **Tribunal**, que no anterior Orçamento foi remetida para o ano de 2026/2028 nada é referido... -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Estranhámos não ver materializada a aposta municipal na **ferrovia**. Não vislumbramos abertura de verba para o corrente ano, ou investimento plurianual. -----

Relativamente à **Variante a Cabeça de Porca**, não se vislumbra investimento nos próximos tempos, apenas estudos, tal como já alertamos. -----

Continuamos a defender que o contributo para as exportações, o pagamento de impostos pelo povo de Felgueiras não pode ser uma obrigação e um contributo de sentido único. O Governo não pode mandar parte da fatura para o Município. O Presidente de Câmara tem que exigir que o Governo cumpra com a sua obrigação.-----

Do discurso do Sr. Presidente **desapareceram apostas do anterior Executivo**, o que nos leva a questionar a realidade e a verdade dos investimentos plurianuais (ao longo de 2 a 3 anos). Referimo-nos à integração de Felgueiras na iniciativa governamental Portugal Ciclável 2030; à construção do Cemitério Municipal; à construção da EM 564 – Airões, Vila Verde, Aião (cuja construção parou!) e ao Parque da cidade. (O PSD considera ser este o maior erro de planeamento para o futuro do nosso concelho, tal como sinalizou no Orçamento do ano transato). -----

Preocupa-nos o reduzido investimento que foi realizado em **saneamento** no concelho nos 2 últimos anos. Nada de significativo que não estivesse contratualizado. Quanto ao futuro começam as promessas de que para o ano “é que vai ser”. No entanto, as verbas para saneamento são irrisórias quanto às necessidades. Identificados entre 20 a 40 milhões de investimentos, será necessário priorizar o investimento em saneamento e não em eventos, aquisições de serviços e despesas de duvidoso retorno para o futuro e para o concelho. -----

Relativamente à **rede viária**, para além dos investimentos estruturais que concluíram ou que estão em curso nada de novo é apresentado quando os felgueirenses verificam todos os dias a degradação das estradas por onde circulam. Torna-se premente concluir as obras planeadas e financiadas pelo anterior executivo e dar-lhes continuidade. Caso contrário, daqui por 2 anos andaremos a circular “em caminhos de cabra”.-----

Não é apresentada uma solução nem quais as ideias em cima da mesa para o problema ambientalmente prioritário e mais premente da indústria do calçado: **o aterro dos resíduos sólidos de Sendim**. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Continua a não apresentar uma visão de futuro para o concelho. Não vislumbramos novos investimentos estruturais no PPI e constatamos o que dissemos há um ano.-----

O Orçamento de 2020, no que se refere aos investimentos, é de continuidade assim como os seguintes, uma vez que são fortemente condicionados pelos investimentos provenientes dos fundos comunitários nas áreas da regeneração urbana, ambiente, educação, cultura, equipamentos, modernização administrativa, eficiência energética e outras.-----

Sobre a visão de futuro para o nosso concelho gostaríamos de conhecer o projeto do atual Executivo. Já alertamos que vai ser cometido um erro de planeamento histórico e irremediável para o futuro do nosso concelho ao preferir a construção de um Parque da Cidade no centro da cidade para o construir no sopé do Monte de St^a Quitéria.-----

Voltamos aos anos 80, ao século passado e aos erros de planeamento da nossa cidade que são irremediáveis e que trouxeram graves consequências.-----

É um erro canalizar para St^a Quitéria um equipamento que amenizaria os erros de planeamento antigos da cidade, que consolidaria as intervenções planeadas pelo anterior Executivo ao nível da Regeneração Urbana e da Rede Viária e que, muito bem, o atual Executivo deu continuidade. Promover a expansão do centro da cidade em direção à zona escolar e desportiva seria uma obra para marcar o futuro e o desenvolvimento de Felgueiras. -----

Na 1^o parte do mandato apresentamos propostas de:

- Regulamentação dos apoios às Juntas de Freguesia
- Apoiar as famílias atribuindo os Cadernos de Atividades que o Estado não atribui – para todos os alunos (apoio correspondente ao custo de uma avença jurídica ou do aluguer das tendas da Praça das Artes e da Auditoria)
- Aumento de 20% dos apoios ao Associativismo Cultural (apoio inferior a uma contratualização de serviços de fotógrafo)
- Aumento de 20% dos Apoios ao Desporto (apoio inferior a meio mês do contrato-programa da CMF com a ACLEM)

Lamentavelmente, ou foram rejeitadas ou não foram consideradas, o que nos leva a por em causa a vontade do atual Executivo em apoiar as famílias, as Instituições e os mais carenciados.-----





Tal é consubstanciado pelo fulgor da máquina de cobrar receitas do atual Executivo que continua a aumentar a coleta sem a correspondente redistribuição concelhia (IRS; Derrama; IMI; Transferências do Estado: (ver quadro supra da receita). Feitas as contas entre o valor total de arrecadação de receita, o aumento da receita e o que os felgueirenses poupam, rapidamente chegamos à conclusão que quem ganha quase tudo é a Câmara e que o seu Presidente não ajuda famílias, instituições e empresas. -----
Face ao exposto e em coerência os Vereadores do PSD votam contra esta proposta.”. --

----- **17 - Proposta de Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais e a sua Reprogramação** – A Câmara Municipal deliberou: -----

1 - Submeter a proposta à Assembleia Municipal para autorizar a assunção de compromissos plurianuais e a sua reprogramação, que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (na sua atual redação) e demais normas de execução de despesa, que resultem de projetos, ações ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano para 2020 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal), em conformidade com a projeção plurianual aí prevista;-----

2 - Submeter a proposta à Assembleia Municipal para autorizar ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 6º da LCPA, a delegação no Presidente da Câmara Municipal a competência para autorizar a assunção de compromissos plurianuais, decorrentes de contratos que não constem do número anterior, desde que os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

----- **18 - Aprovação em minuta dos textos das deliberações** - A Câmara Municipal deliberou aprovar em minuta os textos das deliberações tomadas na presente reunião de Câmara. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

----- Nada mais havendo a tratar, pelas quinze horas e cinquenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrados os trabalhos. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, em sessenta e oito laudas, que ficam rubricadas pelo Senhor Presidente da Câmara, Nuno Alexandre Martins da Fonseca e por mim, António Sérgio da Costa Oliveira, designado para secretariar esta reunião. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

O Presidente da Câmara Municipal,

O Técnico Superior,

